

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

CAD. - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P. U. C. C.

Campinas

ANO XVII

- Nº 118

p. 103 - 190

abril/junho/85

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVII – Nº 118

ISSN-0101-4919

ABRIL/JUNHO/1985

SUMÁRIO

Artigos

- Eduardo Carlos Pereira 105
Odilon Nogueira de Matos
- O pensamento político de Frei Caneca 112
Paulo Bonavides
- Escavação arqueológica encontra Manoel Bonfim 122
J. G. Nogueira Moutinho
- Os Werneck frente uma estrutura em crise 124
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- O processo histórico, do Renascimento à Revolução Francesa 126
João Ribeiro Júnior
- A relação histórica entre sociedade e espaço no processo de urbanização 130
Luiz Alberto Jorge
- Navegando em águas negras 133
Mucio Porphyrio Ferreira
- Um Brasil ainda pouco conhecido 146
J. V. Freitas Marcondes

"Política nem sempre" e a atualidade contemporânea	151
Luciara S. de Aragão e Frota	
Bauru e o Morgado de Mateus	153
Benedito Barbosa Pupo	
Consciência Nacional	156
Miguel Reale	
Registro Bibliográfico	159
Periódicos	163
Noticiário	
Ruy Martins Ferreira	167
A morte de um venerando general	168
Reaparecimento da "Revista de História"	168
Falecimento de Paul Arbousse Bastide	169
Um Pouco de Música	
A música no Brasil vista por Darius Milhaud	171
"Un che fa versi..."	171
Odilon Nogueira de Matos	
O cachorrinho do gramofone	172
Odilon Nogueira de Matos	
Memória Campineira	
Glória eterna aos fundadores da Mogiana	174
Textos	
A Revolução de Goiana	176
Mena Calado	
O comércio fenício em Tiro	177
(do profeta Ezequiel)	
Vultos da Historiografia Brasileira	
Roberto Macedo	179
Seleta	
Carneiro de Batalhão, Águia de Haia	182
Roberto Macedo	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Edições da carta de Caminha	185
O dia do descobrimento do Brasil	186
Um missionário presbiteriano	187
César Bierrenbach, patrono em duas Academias	188
Irineu Guimarães	190
Odilon Nogueira de Matos	

EDUARDO CARLOS PEREIRA

Odilon Nogueira de Matos

Figura que desde menino aprendi a admirar e a respeitar foi Eduardo Carlos Pereira. O fato de minha família pertencer à mesma comunidade evangélica a que pertencia o ilustre professor e gramático, fez com que seu nome fosse sempre mencionado em nossa casa, aureolado com as características que fizeram dele um dos grandes vultos não apenas do protestantismo, mas da própria cultura brasileira. E chegado o tempo dos estudos, foi nas suas gramáticas que aprendi o que sei da língua portuguesa. Nada do que apareceu posteriormente, mais moderno e sofisticado, ensinou-me qualquer coisa que não constasse das páginas do velho gramático mineiro. Tenho-lhe, por isto, enorme gratidão, como tenho também por Otoniel Mota, cuja vida muito se assemelha à de Eduardo Carlos Pereira, pois ambos foram pastores e filólogos e ambos companheiros num dos mais significativos movimentos da história do protestantismo brasileiro: a cisão presbiteriana de 1903, da qual resultou a organização da Igreja Presbiteriana Independente, a primeira organização evangélica nacional, inteiramente desvinculada das missões norte-americanas.

A melhor maneira que encontrei para testemunhar a Eduardo Carlos Pereira o reconhecimento que confesso dever-lhe, foi propor seu nome para uma das ruas de nossa cidade, quando integrei à Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos, ao tempo de Lauro Péricles Gonçalves na Prefeitura. Aprovada, foi minha proposta transformada em ato oficial pelo decreto nº 4344, de 25 de outubro de 1973. Da justificativa, fiz constar os seguintes dados:

Filólogo, gramático e líder religioso, Eduardo Carlos Pereira nasceu em Caldas a 8 de novembro de 1855 e faleceu em São Paulo a 2 de março de 1923. Foi uma das figuras exponenciais do protestantismo brasileiro, vinculado à Igreja Presbiteriana. Coube-lhe liderar o movimento de 1903, que resultou na cisão dessa Igreja, dando origem à Igreja Presbiteriana Independente. Foi pastor, por mais de quarenta anos, da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, então sita à rua 24 de Maio, na capital paulista. Lecionou no Ginásio do Estado, de São Paulo, tendo escrito as gramáticas expositiva e histórica, que alcançaram numerosas edições e foram, em seu tempo, as mais divulgadas no Brasil. Deixou, ainda, obras de interesse religioso, tais como **O problema religioso da América Latina**, **A Maçonaria**

e a Igreja Cristã e As origens da independência presbiteriana. Nesta última, traça a história do mencionado movimento de 1903, do qual participaram, também, e entre outros, os pastores Otoniel Mota, Bento Ferraz e Ernesto Luiz de Oliveira, todos antigos professores de nosso tradicional Ginásio do Estado.

É pouco, realmente, como biografia de um grande homem, mas o suficiente para fundamentar a proposta e dar uma idéia, quando, um dia, se elaborar um dicionário das ruas da cidade, de quem foi o patrono da respectiva via pública. Solicitei, em minha proposta, que o nome de Eduardo Carlos Pereira fosse atribuído a uma das ruas do bairro denominado Cidade Universitária, na época todas elas ainda sem denominação, conhecidas apenas por números. Pareceu-me o local mais indicado para uma via pública que ostentasse seu nome. Infelizmente, não fui atendido neste particular. O nome do grande gramático e pastor foi dado a uma pequena rua, num dos bairros modestos da periferia. Não importa. O que interessa é o sentido da homenagem. Eduardo Carlos Pereira figura, hoje, nos retângulos azuis de uma via pública, embora pequena e modesta, na cidade de Campinas.

Além de Campinas, de São Paulo e sua própria cidade (a velha Caldas, em Minas Gerais), não sei de outra cidade onde o nome de Eduardo Carlos Pereira fosse lembrado para denominação de via pública. E aqui vai uma sugestão à comunidade presbiteriana-independente, para que se empenhe junto às diversas cidades brasileiras neste sentido, pois a Igreja que ele praticamente fundou espalha-se hoje pelo país todo. É com prazer que registro que Eduardo Carlos Pereira é patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Educação, justamente a cadeira ocupada pelo fundador da entidade, meu preclaro confrade Aquiles Archero Júnior, que teve a feliz idéia de escolher o nome do grande líder religioso e gramático como nume tutelar da cadeira que ocupa na Academia.

Eduardo Carlos Pereira faleceu quase no mesmo dia em que Rui Barbosa. Este, no dia primeiro e aquele no dia 2 de março de 1923. A "Revista de Língua Portuguesa", em número especial, publicado em fins daquele ano, enfeixou em suas páginas quase toda a matéria publicada na imprensa do Rio de Janeiro sobre Rui Barbosa nos dias seguintes ao seu falecimento. E abriu espaço, também, para um artigo (o único, aliás, além da matéria sobre Rui) sobre Eduardo Carlos Pereira, da lavra de um seu colega, então pastor no Rio de Janeiro, o rev. Odilon de Moraes. Nunca mais vi nada — a não ser artigos em jornais — sobre Eduardo Carlos Pereira, até que aparecesse, em 1983, o livro de Adolfo Machado Corrêa, "escritor e poeta cristão", e também pastor da mesma comunidade evangélica, infelizmente falecido em março do corrente ano, após brilhante carreira consagrada à sua Igreja.

Ao tempo em que exerci o cargo de secretário da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Adolfo Machado Corrêa trabalhou algum tempo conosco, prestando serviços junto à cadeira de Língua e Literatura Grega, então regida pelo saudoso Aubreton, um dos últimos grandes mestres franceses a ilustrarem o curso de Letras do importante instituto universitário. Conhecia Machado Corrêa de seus livros de natureza devocional (*A carreira cristã*, por exemplo) e de escritos no jornal de sua igreja, nos quais freqüentemente tratava de importantes questões de doutrina. Guardo dele excelentes recordações e o livro sobre Eduardo Carlos Pereira fez-me reencontrá-lo, disposto, agora, a preencher sensível lacuna na história da Igreja Presbiteriana Independente, qual seja a falta de uma biografia de seu próprio fundador. Não vou dizer que o livro de Machado Corrêa esgote o assunto. Não. Há aspectos na personalidade de Eduardo Carlos Pereira que restam por ser estudados de maneira mais completa do que o fez seu biógrafo. Mas, Machado Corrêa oferece-nos o essencial e ninguém melhor que ele para, um dia, complementar seu livro naquilo que poderá ser reclamado, se Deus não o houvesse chamado para a sua glória.

Tratando de seu biografado sob os mais variados aspectos, pois era “dotado de personalidade ampla, que abrangia vastos horizontes”, o livro de Machado Corrêa cuidou particularmente do “pastor de almas, a sua vocação celestial, o realce maior de sua preciosa vida” e, nessa qualidade, “a sua maravilhosa missão de profeta e de apóstolo”.

Alguns aspectos da vida de Eduardo Carlos Pereira são demais significativos, capazes de reterem a atenção de todos os que se interessam pelo problema religioso no Brasil. Primeiro: a sua luta em favor de uma igreja nacional, a mais independente possível das missões norte-americanas; isto levou-o, já foi dito, a liderar o movimento de que resultou a cisão presbiteriana de 1903 e, conseqüentemente, a organização da Igreja denominada “Presbiteriana Independente”. Segundo: sua atitude anti-maçônica, mostrando, através de diversos escritos, a incompatibilidade entre a Maçonaria e a Igreja Cristã. Terceiro: sua obra pastoral, por muitos anos, à frente de importante igreja na capital paulista. Quarto: sua preocupação com a formação de pastores e com a educação cristã em geral. Quinto: o jornalista, que, à frente da “Revista das Missões Nacionais” e de “O Estandarte” (ainda hoje o órgão oficial de sua igreja), defendeu valiosas proposições de interesse não apenas religioso, mas também pedagógico. E, finalmente, a experiência, não muito animadora, no Congresso do Panamá, em 1916, ao qual compareceu como delegado do protestantismo brasileiro. Se o Congresso panamenho não o entusiasmou (como não entusiasmou também a Erasmo Braga), propiciou-lhe,

contudo, ensejo para escrever sua obra mais importante, **O problema religioso da América Latina**, publicada em 1920. Boa parte do livro de Machado Corrêa é dedicada à recensão dessa obra.

Provocou o livro de Eduardo Carlos Pereira a mais acirrada polêmica católico-protestante já travada no Brasil, na qual se engalinharam, do lado católico o jesuíta padre Leonel Franca e, do lado protestante os pastores presbiterianos Ernesto Luiz de Oliveira, Otoniel Mota e Lisânias de Cerqueira Leite. Polêmica inútil, como todas o são, sem qualquer saldo positivo. Nenhum dos contendores sentiu-se abalado em suas convicções. Ao contrário. Leonel Franca saiu da peleja ainda mais jesuíta e seus opositores mais presbiterianos. E não tivessem falecido todos os contendores, certamente a polêmica prosseguiria, pois um dos pastores não chegou a publicar senão o primeiro dos vários volumes anunciados.

Houve tempo em que estiveram em moda no Brasil as polêmicas religiosas, especialmente entre católicos e protestantes. Como disse, nunca vi mérito nelas. Nunca serviram para coisa alguma. Duvido que alguém, por elas, tenha se abalado nas suas convicções religiosas. Só serviam para os católicos ficarem ainda mais católicos e os protestantes ainda mais protestantes. Mas elas não podem ser ignoradas, pois refletem momentos significativos do pensamento ou da mentalidade, diria até, da história religiosa no Brasil. Talvez tenham sido mais ardorosas do lado protestante. Prova-o uma imensa literatura, desde o século passado, e que constituiu, por muito tempo, leitura predileta nos meios evangélicos. Hoje, certamente não o seria. Nem creio que nas igrejas protestantes de hoje haja clima para esse tipo de literatura: por exemplo, os depoimentos de padres que renegavam o catolicismo e abraçavam o protestantismo e, conseqüentemente, se julgavam no dever de publicar livros mostrando os "erros do romanismo"; ou, então, obras, européias ou norte-americanas, mostrando as diferenças entre as duas religiões: **Nossa crença e a de nossos pais**, de Schaff, **Inovações do Romanismo**, de Collette, o **Compêndio de controvérsia entre a palavra de Deus e a teologia romana**, dos italianos Sanctis e Moreno, entre outras. Ou os livros, já mencionados, "provocados" pela obra de Eduardo Carlos Pereira.

E se não há mais esse clima entre os protestantes, quero crer que também não haja entre os católicos. O "aggiornamento" da Igreja após o Segundo Concílio do Vaticano, fez alterar substancialmente o relacionamento entre as duas grandes igrejas cristãs, numa linha quase oposta ao espírito tridentino da Contra-Reforma. Já foi dito por um líder católico que as muralhas que dividem as duas igrejas, por altas que sejam, não chegam até aos céus... E a divulgação da Bíblia e da literatura bíblica, em grande escala, por editoras católicas, fez aproximar ainda mais as duas igrejas. Já se foi o tempo em que só protestante lia a Bíblia. Já se foi o

tempo em que, ao depararmos com alguém portando uma Bíblia ou citando-a, podia-se ter certeza que se tratava de protestante. Hoje, certamente, não haveria mais clima para as diatribes que o famoso Padre Perereca assacou contra o rev. Kidder, no século passado. Talvez até os dois se dessem as mãos para um trabalho conjunto... Há, ainda, outros exemplos significativos, dos quais citarei apenas um: livros de autores protestantes e sobre o protestantismo aparecerem publicados por editoras católicas. Quem tal crera nisto, há alguns anos? O belo estudo do pastor presbiteriano Júlio Andrade Ferreira sobre Erasmo Braga (outro pastor presbiteriano) foi editado pela Vozes, a editora franciscana de Petrópolis; e, mais recente, o excelente livro **No celeste porvir**, sobre a "inserção do protestantismo no Brasil", do pastor presbiteriano-independente Antônio Gouvêa de Mendonça, acaba de ser publicado pelas Edições Paulinas... Não tenho conhecimento, mas é possível que haja, no caso, uma recíproca verdadeira.

Há uma coisa, todavia, que os protestantes, parece, não compreendem, porque, se compreendessem, não perderiam tanto tempo em polemizar com os católicos: é que, para o catolicismo, a Bíblia não é a única regra-de-fé, o único fundamento de suas doutrinas. Ao contrário do protestantismo, para o qual o que não estiver na Bíblia não deve ser aceito, o catolicismo, além da Bíblia, fundamenta-se, também, para as suas doutrinas, no ensino da Patrística, nas decisões conciliares e até na tradição. E de 1870 para cá, também nas decisões papais, pois o Concílio Vaticano daquele ano aprovou, como dogma, a infabilidade do supremo pontífice quando define matéria de doutrina, mesmo sem o respaldo de decisões conciliares. Haja vista, por exemplo, o dogma da Assunção de Nossa Senhora, definido por Pio XII a 19 de novembro de 1950, pela "constituição apostólica **Munificentissimus Deus**, e que não contou com nenhum respaldo conciliar. É inútil, portanto, afirmar que os católicos estão errados porque aceitam certas doutrinas que não têm apoio bíblico. Para eles, não precisa ter. Se tais doutrinas forem resultantes de ensinamentos dos santos padres, de decisões conciliares, de definições papais ou da simples tradição, para eles, católicos, são válidas da mesma forma que se estivessem na Bíblia. Eis porque, as polêmicas entre as duas grandes igrejas cristãs jamais chegarão a algum resultado. Mas, como se afirmou, elas tiveram um lugar de muito destaque na mentalidade religiosa do Brasil, razão pela qual não podem ser ignoradas. Daria um belo livro, aliás, se alguém se dispusesse a um estudo crítico dessas polêmicas, tanto do lado católico, como do protestante. Aqui fica a sugestão.

Voltemos, para encerrar estas já longas considerações, ao livro de Eduardo Carlos Pereira. Ele não deve ser apreciado apenas por ter dado origem à vasta polêmica a que me referi e da qual cuidou, zelosamente, Adolfo Machado Corrêa. Não tenho condições de informar aos leitores se

O problema religioso da América Latina alguma vez foi reeditado ou se ficou na edição original de 1920. O de Leonel Franca, **A Igreja, a Reforma e a Civilização**, fez jus pelo menos a duas reedições. Os que se lhe seguiram — **Catolicismo e Protestantismo** (1933) e **O Protestantismo no Brasil** (1938) — creio que ficaram nas primeiras edições. Da mesma forma os livros de seus opositores. Com toda a vasta erudição que os autores demonstraram (de ambos os lados), pouco adiataram seus livros para o esclarecimento das questões neles ventiladas. Diria mesmo, correndo, talvez, o risco de exagero, que não fariam falta se não existissem. Os três enormes volumes de Leonel Franca certamente não acrescentaram nada ao currículo do ilustre jesuíta; ninguém irá apreciar ou julgar Otoniel Mota pelos cinco opúsculos que publicou, calando o próprio nome, pois preferiu ocultar-se sob o pseudônimo de Frederico Hansem; Ernesto Luís de Oliveira será sempre lembrado como excelente pastor e grande professor de matemática do Ginásio de Campinas e da Faculdade de Engenharia do Paraná; e quanto a Lisânias de Cerqueira Leite, seu nome sobrevive mais como pastor e como competente engenheiro ferroviário da Central do Brasil, que também foi.

O livro de Eduardo Carlos Pereira poderá sobreviver sem que se lhe associem os demais que dele resultaram. Não sei se conviria ser reeditado tal como foi publicado em 1920. Seu autor, se vivo, certamente seria o primeiro a fazer-lhe acurada revisão. Legítima associação de idéias faz-me aproximar o livro de Eduardo Carlos Pereira de outro, pouco anterior, mas igualmente sugerido pelo Congresso do Panamá: o de Erasmo Braga, **Panamericanismo: aspecto religioso**; dele cuidou, em número anterior desta publicação, a professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci e o melhor que teria a fazer é remeter os leitores interessados ao seu ensaio **Fontes campineiras do panamericanismo**.

Quanto ao outro livro de Eduardo Carlos Pereira — **A Maçonaria e a Igreja Cristã** — não sei em que conceito ele é tido atualmente nos próprios meios evangélicos. Existirá, ainda, no presbiterianismo o problema maçônico? e se existir, deverá ele ser questionado nos mesmos termos em que o foi no início do século? Por outro lado, as gramáticas do grande mestre, infelizmente, não mais se reeditam. Os modernos consideram-nas “ultrapassadas”, “obsoletas” e outras coisas mais. Mas é o caso de perguntar-se — aprende-se a língua hoje mais do que se aprendia nas velhas gramáticas de Carlos Pereira?

Há no livro de Adolfo Machado Corrêa alguns toques humanos que certamente sensibilizarão aos leitores, como sensibilizaram a mim: o cotidiano na vida do grande brasileiro; os depoimentos de seus contemporâneos, especialmente dos que foram seus alunos no Ginásio do Estado, na Capital; o corajoso prefácio do venerando pastor dr. Seth

Ferraz; e evocação de figuras exemplares de sua família (e é-me grato recordar, aqui, o nome de um seu neto, o saudoso Eduardo Pereira de Magalhães, que foi meu companheiro de trabalho durante muitos anos em importante estabelecimento de ensino da capital paulista); e, como se não bastasse, o desprendimento que tornou possível a edição do livro de outro neto de Eduardo Carlos Pereira, o engenheiro Flávio Pereira de Magalhães, “representando os netos e admiradores” do grande filólogo e líder religioso.

O PENSAMENTO POLÍTICO DE FREI CANECA

Paulo Bonavides

A Independência, celebrada a 7 de setembro de 1822, não foi apenas um fato, mas um processo. Como processo ainda não deixou de acontecer, pois temos cada dia que sustentá-la, debaixo das pressões do século e das vicissitudes de uma luta incessante, tanto no campo da batalha da economia quanto no da política externa.

O Grito do Ipiranga significou tão-somente um episódio. Não traduziu por si mesmo toda a verdade histórica da queda do domínio português neste país. Basta que rememoremos a época, os acontecimentos e os homens. O gesto do príncipe lusitano às margens do Ipiranga entrou na história oficial como uma alegoria, um símbolo, uma alvorada. Mas a Independência da Nação não se fez de súbito. A singularidade de transformação política tão profunda não se operou unicamente à base de um ato de paternalismo doméstico do fugitivo de Junot e de Massena. A Corte emigrada para o Brasil retornava a Portugal e houve, em verdade, o conselho de D. João VI ao filho para que cingisse, quanto antes, a coroa do Império, erguido sobre as ruínas de uma sujeição colonial de três séculos.

A Independência brasileira não é tão diferente, como usualmente se escreve e se pensa, daquela que assinalou a mesma conquista já nos Estados Unidos, já nas demais repúblicas do Continente. Nossa independência foi também revolução e ato de força, principiando com a Inconfidência Mineira, junto do patíbulo de Tiradentes, para prosseguir noutros momentos culminantes como a Revolução Pernambucana de 1817 e o movimento armado da Confederação do Equador.

Fala-se no Príncipe, no Patriarca, no Alferes mineiro, mas raramente no carmelita pernambucano. Se as alcunhas históricas têm algum valor, devemos fazer-lhes esse acréscimo tocante à Independência celebrada nos compêndios: ao lado de Tiradentes, o Protomártir, também Frei Caneca, o Pós-Mártir.

A esse título Frei Caneca faz jus. Dessa figura importantíssima, mas desconhecida em grande parte às primeiras leituras cívicas, salvo por uma óptica deformadora dos cronistas e historiadores do poder, tanto os do passado quanto os do presente — aqueles que têm sido em regra os escritores de nossa história didática —, é que a seguir nos ocuparemos, com a boa intenção de colocar o herói de 24 no pedestal de honra, que não é o do republicano sedicioso, mas o do monarquista constitucional, cuja

imagem, cabe, portanto, na galeria dos que realmente fizeram o País livre do século XIX, dentro evidentemente das limitações históricas a que a liberdade então se sujeitava.

Não se pode desmembrar a identidade política e ideológica de Frei Caneca da produção crítica e teórica que jorrou de sua pena ao se precipitarem os acontecimentos de 1824. Costumam alguns historiadores apresentar, como se fossem fatos estanques, a insurreição de 1817, o Grito do Ipiranga de 1822, a Constituinte de 1823 e a Confederação do Equador de 1824; como se o 7 de setembro fosse o levante de todo o Reino que aliás ainda não estava constituído como nação e era tão-somente um projeto imperial, como poderia ter sido — e fora de fato na verdade e na consciência de muitos que dantes se haviam envolvido com a idéia libertadora — uma esperança de república ou federação, conforme o desenrolar dos sucessos.

Todas as diligências convergiam para cancelar o domínio da metrópole e conjurar o retorno ao cativeiro com que nos ameaçavam os decretos reacionários das Cortes de Lisboa. Estávamos a par das revoluções que neste continente fundavam a liberdade dos povos irmãos e tínhamos pela frente o exemplo filosófico e político do século XVIII.

As revoluções de além-mar também repercutiam aqui, animando à ação e à rebeldia algumas vanguardas do pensamento, comprometidas, desde a Inconfidência, com teses que conduziam à mudança e à conspiração liberal, tão bem pressentidas pelo trono expatriado de D. João VI na Corte do Rio de Janeiro.

De Pernambuco viera em 1817 o grande tremor da terra que abalava e fendia as paredes do absolutismo, fazendo do sonho republicano e da Independência iminente o pesadelo da família bragantina, a qual já sentia no Tejo as conseqüências políticas da Revolução Francesa, fardada com o uniforme de Napoleão: o seu Código e as Constituições que o precederam.

O movimento de 17 tivera um manifesto cunho republicano, pois as ex-colônias espanholas libertadas, e as 13 antigas colônias inglesas federadas com o pacto de Filadélfia, se achavam mais próximas do coração pernambucano e nordestino do que a Europa avassalada por seus reis e aterrorizada nos ideais reformistas pelo fantasma de Metternich e as armas da Santa Aliança.

A tragédia de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca principia em 1822 e foi em certo sentido menos um drama pessoal do que o malogro de toda uma cruzada de inspiração liberal, constitucionalista e, até determinado ponto, federativa, em contradição com os desígnios absolutistas. Mas foram estes que afinal dominaram, após o ato formal da

Independência, desde a dissolução da Constituinte e a outorga da Carta até a Abdicação, percorrendo assim todas as demais fases igualmente turbulentas do Primeiro Reinado.

A Confederação do Equador aparece na concepção de Frei Caneca, conforme se infere de seus artigos de 1824, estampados no *Typhis Pernambucano*, como o prosseguimento da luta no País em formação, por um governo constitucional e antiabsolutista. Não há na pregação do frade o separatismo propriamente dito, nem esse separatismo poderia haver com tal latitude, como usualmente se inculca, pois não existia ainda um Império plenamente constituído ou plenamente independente.

De 22 a 24 a Independência é movediça e contestada. Depois do 7 de setembro, havia o pesadelo da Restauração e o medo do desmembramento do Império. A Bahia, sob o comando das armas portuguesas de Madeira, permanecia atada às Cortes de Lisboa, enquanto Filgueiras e Tristão, os dois heróis da Confederação do Equador, não haviam ainda libertado o Maranhão e o Piauí.

A Confederação representava uma forma provisória de aliança das províncias rebeladas, uma união aberta que não chegou a ser bem assentada nem meditada, nascida em manifestos avulsos e inconseqüentes e, se concretizada acabaria possivelmente absorvendo por adesão livre e espontânea o resto da Nação, deslocando do Sul para o Norte o centro do poder, até que a Corte se reconvertisse em monarquia constitucional.

O movimento foi em rigor atropelado pela vertiginosidade dos fatos. Faltou-lhe em Pernambuco, foco maior da insurreição, base teórica, bem como intenções definidas. Não houve tempo para estabelecer uma forma de poder, de maneira que seus rumos permaneceram portanto indeterminados, na esperança naturalmente que as armas decidissem primeiro os acontecimentos em curso.

Nem na teoria nem na prática estava lançado o pensamento de constituir uma nova nação. O projeto estatal e governativo tinha no fundo um caráter de transitoriedade, de expectativa de adesão das demais províncias, com um fundo substancial — este sim da essência do movimento, pelo menos no conspecto das idéias constitucionais do frade pernambucano — de garantir a forma nacional e definitiva de uma organização de poderes, fundada na legitimidade das teses liberais e anti-absolutistas.

A idéia do separatismo existia sim, sólida e inamóvel, mas contra Portugal, e não contra o País. Suspeitava-se do Imperador e de suas intenções. O projeto de preservar os laços de união com Portugal não desaparecera com a proclamação da Independência, e, se não estava na vontade do Imperador, é fora de dúvida que o acalentava o elemento

áulico da facção portuguesa mais comprometida com o poder pessoal do trono. Essa suspeita tornou-se deveras grave com a dissolução da Constituinte.

Os temores não eram tanto de uma união federativa com Portugal senão de um retrocesso ao absolutismo e à escravidão colonial, claramente pressentidos na política odienta e restauradora das Cortes de Lisboa.

O Imperador, cabeça de uma facção, desde o banimento dos Andradas, robustecia a desconfiança dos liberais na medida em que politicamente recebera o apoio aberto e maciço da minoria portuguesa domiciliada no Império e decerto simpática à restauração.

É óbvio que o anúncio da partida de uma expedição naval para concretizar com um desembarque de tropas o projeto já desfeito desde o colapso da resistência na Bahia, Maranhão e Pará levantara os receios de uma desagregação da unidade, tão precariamente estabelecida e tão abalada no ânimo patriótico dos brasileiros pela subitaneidade e violência com que se dissolvera a Constituinte. D. Pedro I fora o autor de nosso primeiro golpe de Estado e de nosso primeiro estado de sítio e se tornara um príncipe questionado em toda a sinceridade de seus propósitos, oscilando equivocadamente entre o poder absoluto e pessoal, da tradição familiar e dinástica de seus avós, e os freios ao trono constitucional, os quais, menos por idéias que por temperamento, ele relutava em aceitar.

Não havia uma doutrina clara dominando os acontecimentos da época, salvo a tese liberal de preservar as bases constitucionais da monarquia. A luta das elites girava ao redor do tradicionalismo e do iluminismo.

A Confederação do Equador não pode, pois, ser levada a sério como determinação rígida de propósitos separatistas, senão como projeto improvisado ao calor dos sucessos que em todas as Províncias alimentavam os ódios oligárquicos, as dissensões pessoais, a guerra local de influências sobre o exercício do poder e os distúrbios das facções em busca de supremacia.

Frei Caneca, aliás, professou o pensamento integrativo, forcejando por demonstrar perante a Comissão Militar que no **Typhis Pernambucano** jamais lançara as bases da desunião ou do desmembramento, senão que se movera no campo das idéias com fidelidade à causa da Independência e da integridade do Império e da soberania constitucional. Senão, vejamos:

“O réu, propondo-se a escrever o periódico a que deu o título de **Typhis Pernambucano**, nenhum outro fim teve em vista que aumentar a independência do Brasil, a integridade do Império, a justa liberdade de sua pátria e, em última análise, os direitos e a glória do imortal Pedro I,

imperador do Brasil. Os princípios em que se funda para desempenho deste encargo são os correntes neste século de luzes, adotados pelos publicistas mais respeitáveis das nações cultas da Europa e América, repetidos nos periódicos da Corte, nos desta província e até confessados por s.m. imperial em muitas ocasiões".¹

A seguir, reiterou o princípio da soberania nacional com toda a clareza, em convergência com o liberalismo do imperador: "Que a soberania reside na nação, que a nação é quem se constitui e por meio de seus representantes em cortes — dois princípios cardiais em que rola a doutrina do **Typhis** — são duas verdades confessadas por s.m. no decreto de 3 de junho de 1822, no manifesto de 6 de agosto do mesmo ano aos povos e nações amigas, além de outras ocasiões."²

Tocante à Confederação do Equador, escreveu o carmelita: "Em nenhuma parte do **Typhis** se acha cousa alguma que ressumbre mudança de governo, nem mesmo cisão da integridade do Império; porque, ainda que o número 25 se convide aos pernambucanos a se unir com as províncias limítrofes e eleger um governo supremo, que com sua vigilância e energia seja o piloto que conduza a nau da pátria nas arriscadas circunstâncias de ser o Brasil invadido pelos portugueses, e s.m. declarar que se defendesse cada província a si mesma, porque ele chamava toda a esquadra para o Rio de Janeiro, isto jamais nunca se deve entender nem alarma para mudança de governo nem corte na integridade do império".³

E finalmente declarou que a república e a separação não constituíram a tônica da convulsão em Pernambuco: "Nunca ao réu lhe veio à imaginação idéia de desmembração do império, nem mesmo a podia suspeitar das intenções do governo de então..." "Que em Pernambuco não se tratou de proclamar o sistema republicano e a desmembração do imperio, v. excia., senhor presidente, o disse aos cearenses em uma proclamação por estas palavras — que, sendo Pernambuco o foco de anarquia e dos partidos, não se atreveu a proclamar a confederação como o Ceará."⁴

O sacrifício de Frei Caneca põe ao vivo três dimensões liberais contraditórias, das quais só uma é pura, pelo idealismo com que procurava concretizar-se: a do mártir fuzilado no Recife a 12 de janeiro de 1825.

As demais eram, de uma parte, a das Cortes de Lisboa, cujo liberalismo de desmascarou ao perfilhar a política obstinada de recolonizar o Brasil num retrocesso absolutista de todo incompatível com a natureza

(1) Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, **Obras Políticas e Literárias** tomo I, Recife, 1875; "facsimilada" em 1972 pelo Poder Legislativo de Pernambuco, págs. 77/78.

(2) Frei Caneca, ob. cit., p. 78.

(3) Frei Caneca, ob. cit., p. 78.

(4) Frei Caneca, ob. cit., p. 79/80.

dos princípios de governo, justificativos da revolução de 1820 em Portugal; doutra parte, a do próprio Imperador, que depois mostrava a face absolutista dos Braganças: primeiro, quando dissolveu a Constituinte; a seguir, quando instituiu as Comissões Militares — tribunais de sangue e de exceção que mancharam o Primeiro Reinado — e, de último, quando pessoalmente se mostrou insensível à clemência em favor de um dos réus da Confederação, não só denegando o pedido, como determinando peremptoriamente se abreviasse a execução do condenado, consumada, aliás, na semana mesma em que se celebravam os atos litúrgicos da Paixão de Cristo.

Duas provas exuberantes de confiança na índole liberal do Imperador foram dadas contudo pelo Frei Caneca em dois lugares da estrada que o conduziria ao martírio. A primeira, quando festejou com um sermão a solenidade da Aclamação de D. Pedro, Imperador do Brasil, durante missa mandada celebrar no Senado da Câmara da cidade do Recife, a 8 de dezembro de 1822. Em linguagem gongórica, reportava-se àquele “príncipe justo, magnânimo, incomparável”, etc. E ia mais longe, no mesmo estilo, reconhecendo-lhe dotes bastantes para obscurecer a glória dos Nabucos, dos Ciros e dos Alexandres na antigüidade, e dos Carlos, Fredericos e Pedros na idade moderna. Quanto a luzes de entendimento, asseverava não lhe faltarem estas: “Os seus manifestos são oráculos de sabedoria”. Quanto a espírito vasto, reconhecia-o “sem limites”. Finalmente, de seu império constitucional hesitava entre distintas qualificações deste teor: “concepção de uma inteligência acima dos mortais”, “verdade sublime”, “obra-prima da razão” ou “o maior esforço do entendimento no artigo — política”.⁵

Só vimos apologia semelhante e entusiasmo igual na pena de Herculano e Castilho. Os dois escritores, adeptos do liberalismo português, rendiam culto à memória do Imperador, depois que ele retornara à Europa, após a abdicação, para comandar a expedição da Ilha Terceira e a seguir coroar-se pelas armas Imperador Constitucional, numa reação vitoriosa ao absolutismo do irmão destronado.

A segunda prova Frei Caneca a externou já nas agonias do cárcere. Não teceu tais louvores a D. Pedro como retratação, mas como

(5) Frei Caneca, ob. cit., p. 247. Mas é de lembrar que nesse mesmo sermão, em que enaltecia a figura do “imortal Pedro I”, Frei Caneca não poupava aos portugueses a repreensão pelas desgraças do período colonial. Não era com apodos, mas com argumentos desse quilate, acerca do tratamento que o Brasil recebera da metrópole: “Foi tratado tanto de menor, que em três séculos de povoação e desfrutação, ainda não teve uma universidade, ao mesmo tempo que a América Espanhola, desde o ano de 1551 até o de 1628, contava quatro, a do México, a de S. Domingos, a de Quito, a de Guatemala”. (Frei Caneca, ob. cit., p. 245).

definição do papel constitucional de um monarca, vítima de “ministros infiéis”.⁶ Clemência, porém, que suplicou em vão.

Não encontramos em toda a obra política de Frei Caneca um só lugar em que ele se confesse republicano ou federalista por formação doutrinária, por convicção haurida do pensamento filosófico ou ilustrada nos sucessos da história.

É liberal e constitucionalista, isto sim, como fica sobejamente patenteado ao longo de sua crítica panfletária à ordem política, cuja direção nas mãos imperiais subvertia, em favor do absolutismo, o curso das instituições nascentes. Caíam, assim, para Frei Caneca as esperanças numa afinidade do Império com os modelos de organização política em que vingava o constitucionalismo do Estado liberal emergente.

Tocante à forma de Estado e à forma de governo, o frade estava mais próximo de Paris do que de Filadélfia; do abade Sieyès e de sua teoria do poder constituinte do que de Jefferson e sua democracia republicana; mais afeiçoado a Montesquieu e sua monarquia constitucional de separação de poderes do que a Benjamin Constant e sua teoria do Poder Moderador, por mais liberal e sedutora que esta se apresentasse nas regiões teóricas. Era com respeito a este último, como se já tivesse a intuição daquilo que na prática aconteceria quando a Constituição outorgada introduziu, contra o que dispunha o projeto primitivo da Constituinte, a figura daquele Poder, dando-lhe por titular único a mesma cabeça privilegiada, provida ao mesmo passo das competências executivas do texto constitucional — a cabeça do Imperador.

A Constituição outorgada atraíçava nesse ponto a um tempo Antônio Carlos e Benjamin Constant: o primeiro desconhecia no seu projeto o corretivo suspeito, o segundo ignorava a deformação material de conteúdo que conferia ao nosso Poder formas e competências incompatíveis com os fins traçados na sua teoria, conforme a seguir demonstraremos.

Em Constant, o rei era posto “no meio de três poderes”, como “autoridade neutra e intermediária, sem nenhum interesse — fique bem entendido — em perturbar o equilíbrio, tendo, ao contrário, todo o interesse em mantê-lo. Tudo com o propósito de que o poder real não pudesse “atuar em lugar dos demais poderes”. Nisso consistia, segundo ele, “a diferença entre a monarquia absoluta e a monarquia constitucional”.⁷

Acrescentava o mesmo escritor, inspirado em Clermont-Tonnerre: “O vício de quase todas as constituições tem sido o de

(6) Frei Caneca, ob. cit., p. 83.

(7) Benjamin Constant, *Cours de Politique Constitutionnelle*, tomo I, págs. 176 e 177. Paris, 1861.

não haver criado um poder neutro, mas o de haver colocado a soma da autoridade de que ele deve estar investido num desses poderes ativos”.⁸

Comparando o Poder Moderador ao Poder Judiciário, disse literalmente o constitucionalista que, quando os poderes públicos se dividem e estão prestes a se hostilizarem, se faz mister uma autoridade neutra apta a fazer com eles o que o poder judiciário faz com os indivíduos.⁹ Esta autoridade, na monarquia constitucional — prossegue Constant — é o poder real. “O poder real é de certo modo o Poder Judiciário dos demais poderes”.¹⁰

A Constituição outorgada não era lá tão fiel a essa doutrina quando a trasladou para o nosso direito positivo. Fez do sobredito poder “a chave de toda a organização política” e o entregou a um monarca cuja pessoa, segundo a letra da Constituição, era “inviolável e sagrada” e não estava sujeita “a responsabilidade alguma”. (Art. 99).

No artigo antecedente, dizia-se que aquele poder era “delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que, incessantemente, vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”. Das atribuições de tal poder, inconciliáveis com a neutralidade preconizada na doutrina, sobressaíam as de nomear senadores e dissolver a Câmara dos Deputados, suspender magistrados e nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

Demais, o imperador chefiava, como se vê, dois poderes: o Moderador e o Executivo, bastando isso para desvirtuar o princípio de Montesquieu, fundado nos limites do poder absoluto, tanto com respeito às monarquias como às repúblicas.

A esse Poder Moderador foi infenso Frei Caneca, prevendo o desastre que ele seria nas mãos de ferro de um monarca de vocação despótica. Com efeito, só teve bom êxito no Segundo Reinado porque D. Pedro II não possuía o temperamento do pai e tinha virtudes raras e excepcionais, mas, ainda assim, ao exercitá-lo, não se forrou à oposição dos que, durante as crises, viam a derrubada injusta dos ministérios com base parlamentar como a encarnação do poder pessoal sem limites, a célebre “sorites” de Nabuco.

Do Poder Moderador, disse Caneca, como diria depois Tobias, reproduzindo noutros termos o mesmo pensamento, que era “invenção

(8) Benjamin Constant, ob. cit., p. 177.

(9) Benjamin Constant, ob. cit., p. 179.

(10) Benjamin Constant, ob. cit., p. 179.

maquiavélica”, a “chave-mestra da opressão brasileira” e “o garrote mais forte da liberdade dos povos”.¹¹

A construção teórica do pensamento político de Frei Caneca é toda feita sobre os alicerces do sistema representativo e da teoria da soberania nacional. Professou o poder constituinte originário com inspiração na filosofia do iluminismo francês.¹² Tinha razão o sacerdote: o império significava um sistema de autoridade, não sendo ainda a Nação, que se estava constituindo; a realidade brasileira, ao contrário do que D. Pedro fazia prevalecer, não era a Corte do Rio de Janeiro, mas as Províncias.

O sentimento nacional do Norte conserva talvez em mais alto grau a força e a tradição de resistência ao invasor estrangeiro, pois sua expulsão custara o sangue derramado das três raças solidárias, que afinal tomaram o perfil nativista indispensável à formação de uma consciência de autonomia com que o Brasil viria a sacudir o jugo português no século XIX.

No **Typhis Pernambucano na Crítica da Constituição Outorgada e nas Bases para a formação do Pacto Social**, bem como noutros escritos políticos de menor tomo, a constante em Frei Caneca é a impugnação do poder absoluto e a dissertação sobre a sua ilegitimação, é a teorização constitucional e representativa da monarquia, o caminho de idéias onde o frade jamais esmorece na luta quase fanática e revolucionária por um liberalismo que vem a ser a antítese extrema do absolutismo.

Conduziu Frei Caneca os princípios políticos e a teorização à praxis com impressionante vivacidade de talento e raro ardor ideológico,

(11) Frei Caneca, **Crítica da Constituição Outorgada**, em **Ensaios Políticos**. Textos didáticos do Pensamento Brasileiro, PUC/Rio, Coleção “Documenta/Brasil”, v. 6, p. 70, 1972.

(12) É o que se infere do célebre voto escrito em que Frei Caneca faz a crítica da Constituição Outorgada, nomeadamente quando asseverou: “Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social, que fazem entre si os homens quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade. Esta ata, portanto, deve conter a matéria sobre o que se pactuou, apresentando as relações em que ficam os que governam e os governados, pois que sem governo não pode existir sociedade. Estas relações a que se dão os nomes de direitos e deveres devem ser tais que defendam e sustentem a vida dos cidadãos, a sua liberdade, a sua propriedade, e dirijam todos os negócios sociais à conservação, bem-estar e vida cômoda dos sócios, segundo as circunstâncias do seu caráter, seus costumes, usos e qualidades do seu território etc. Projeto de constituição é o rascunho desta ata, que ainda há de se tirar a limpo, ou apontamentos das matérias que hão de ser ventiladas no pacto; ou, usando de uma metáfora, é o esboço na pintura, isto é, a primeira delineação, nem perfilada, nem acabada. Portanto, o projeto oferecido por S.M. nada mais é do que apontamento das matérias, sobre que S.M. vai contratar conosco”. Veja-se sobre o constitucionalismo de Frei Caneca o estudo de Gláucio Veiga, **Teoria do Poder Constituinte em Frei Caneca**, 1.º vol., Recife, 1975.

sempre em tom polêmico, ferindo às vezes com palavras cáusticas os desafetos da facção imperial, mas deles recebendo também, em contrapartida, a seta dos ódios, das paixões e dos venenos.

Frei Caneca foi um patriota, um constitucionalista, um liberal, que não arredou pé das suas idéias nem se alongou dos princípios, sobre os quais nunca tergiversou. Veterano da causa da Independência, o patriota tomara parte já no movimento republicano de 1817, tendo sido condenado a quatro anos de prisão.

Da vida e obra de Frei Caneca, o que politicamente se infere, com a maior certeza, é que ele — autor de uma célebre monografia sobre o patriotismo — abraçou, em primeiro lugar, a tese da libertação pátria vinculando-se, depois, indissociavelmente, ao pensamento constitucional de limitação de poderes. Foi, em verdade, o nosso primeiro publicista e também o primeiro teorista do nacionalismo de libertação, tanto externa quanto interna. Mas não ficou na teoria senão que se levantou em rebelião contra os opressores, já os de fora, já os de dentro, os quais, por vingança, lhe derramaram o sangue no patíbulo.

Decorridos 159 anos de seu fuzilamento, Frei Caneca ainda é exemplo de patriotismo e fidelidade à Constituição e à liberdade. Vítima da convulsão provincial de seu tempo, abraçou com inteira sinceridade e congruência a causa dos princípios liberais. Se houvesse tido na Divisão Constitucional em retirada a morte que teve Tristão, em Santa Rosa, seu nome não seria menos glorioso a Pernambuco e ao País.

O coroamento fatal daquela vida se achava antecipado no canto de Camões, que ele costumava estampar por epígrafe de seus artigos no *Typhis*: “Uma nuvem que os ares escurece/Sobre nossas cabeças aparece”. (Cam. Cant. 5). A nuvem que os ares escurece, por ele tantas vezes referida, acabou fulminando um raio sobre a cabeça do Tiradentes pernambucano: a nuvem do absolutismo e da tirania.

(De Cultura, suplemento de “O Estado de S. Paulo”, 12-8-1984).

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA ENCONTRA MANOEL BONFIM

Nogueira Moutinho

Na indispensável tarefa de escavação arqueológica executada pela moderna universidade brasileira em busca das matrizes de nossa cultura, a vez de Manoel Bonfim (1868-1932) chegou. **História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim**, de Flora Sussekind e Roberto Ventura (São Paulo, Moderna, 1984), constitui a releitura crítica desse pensador sócio-político tão atingido pela sombra do esquecimento que, em 1965, Vamireh Chacon, na **História das Idéias Socialistas no Brasil**, exclamava entre surpreso e indignado: “Por que não se fala neste Manoel Bonfim?”

Curiosamente o trabalho de Sussekind e Ventura não é de autoria de especialistas em Ciência Política, em Sociologia ou em História das Idéias, mas sim de mestres em Literatura Brasileira, o que explica a abordagem da obra pelo ângulo da linguagem, iluminando de forma brilhante as apreciações ou a não-valorização de que Manoel Bonfim tem sido objeto. A conclusão não pode ser mais melancólica. O ilustre sergipano não foi vítima de nenhuma cabala reacionária que tivesse pretendido escamotear a virulência de suas análises, nem mergulhou no ostracismo em decorrência daquela nefanda conspiração de silêncio, tantas vezes urdida por interesses inconfessáveis em torno de algum inseminador de idéias revolucionárias.

Na verdade, Manoel Bonfim não conseguiu empostar o seu tom, não empreendeu uma ruptura ideológica dialeticamente eficaz, e graças a essa ambigüidade, estagnou-se nas areias de um aparelho conceitual anacrônico, que deixou indiferentes os contemporâneos por não ter sido suficientemente “novo” e não chega a sensibilizar a posteridade por ser inapelavelmente “velho”. Assim, explica-se em termos de Linguagem, e não por argumentos políticos a marginalização de um teórico que, todavia, tem o mérito de haver tentado libertar a inteligência brasileira dos preconceitos arianizantes de um Oliveira Viana. Ao lado de Alberto Torres, Bonfim encarna a proto-revolução copernicana na auto-reflexão nacional. É prenunciador da revolução definitiva que iria, anos mais tarde, ser levada a cabo, com decisiva vocação de ruptura, por Gilberto Freyre, por Sérgio Buarque de Holanda, por Caio Prado Júnior. Aliás, causa estranheza a ausência, na bibliografia, de menção a um parágrafo polêmico de Gilberto Freyre em **Perfil de Euclides e outros perfis**, de 1944, a respeito de Alberto Torres e de Manoel Bonfim, apontados como exceções entre os intelectuais

brasileiros do começo do século, eivados, todos eles, de pré-juízos raciais. Sobre Bonfim, entretanto, Gilberto acrescenta ter sido turvado, nos seus vários estudos, por uma como mística indianista ou indianófila semelhante à de José Vasconcellos, no México. Tal aproximação entre os dois ideólogos merece aprofundamento, pois poderá revelar, além das diferenças específicas entre a cultura mexicana e a brasileira, a possível matriz comum no seio mesmo duma corrente sincrônica de pensamento.

Figura instigante a de Manoel Bonfim. Não se deve esquecer de que um de seus postulados — a superação de nosso subdesenvolvimento através da instrução, da alfabetização das massas — coincide com o ideário de Bilac na campanha pelo serviço militar obrigatório, cujo objetivo precípua era tornar compulsório o ensino das primeiras letras aos recrutas vindos das regiões mais desamparadas do País. De resto, Bilac e Bonfim foram, de parceria, autores de considerável obra pedagógica, hoje totalmente perempta. Nela, porém, o texto de leitura *Através do Brasil* tem alguma coisa de comovedor: tentou ser, à nossa maneira, uma espécie de paráfrase ao *Cuore*, de Edmundo De Amicis. Livro este, cuja tradução brasileira se deve a outro sergipano ilustre, contemporâneo de Manoel Bonfim, e, como ele, integrado na mesma galáxia cultural, o também admirável João Ribeiro.

(Folha de São Paulo, 4-11-1984)

N. da R.: Esta publicação pode gabar-se de ser das poucas, ultimamente, a recordar Manoel Bonfim. Seu número 69, de agosto/setembro de 1975, todo ele consagrado à historiografia sergipana, ocupou-se do historiador e sociólogo, com a transcrição de dois significativos excertos de sua autoria.

OS WERNECK FRENTE UMA ESTRUTURA EM CRISE

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(UNESP — Franca)

Levando-se em consideração que até o momento presente a historiografia brasileira carece ainda de uma real abertura para um amplo debate científico, parece-nos que o estudo de Eduardo Silva — **Barões e Escravidão** (Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro) representa um passo concreto para o caminhar historiográfico, que não deve assentar-se apenas no abstrato.

Ao analisar os fazendeiros de café fluminense ao longo do desenvolvimento da crise estrutural escravista monárquica brasileira e da reorganização do trabalho em novas bases, pesquisou, e com muita propriedade, três gerações de proprietários rurais do Vale do Paraíba — a Família Werneck: o Barão de Pati do Alferes, seu filho Luiz e o neto André — recompondo-nos a evolução da estrutura sócio-econômica do trabalho servil e da substituição pelo trabalho livre.

Embora separados pela cronologia do tempo, os Werneck permaneceram irmanados na defesa da propriedade, demonstrando-nos o autor, as vinculações dos interesses de “classe” desses “barões do café”. Cumpre-nos salientar que classe social foi considerada como “uma categoria histórica, isto é, definindo-se no interior de estruturas econômico-sociais concretas”, e, portanto, não existindo isoladamente, mas sempre dentro de um “sistema de classes” (p. 36).

Neste significativo estudo de caso, enfatiza-nos Eduardo Silva, sobretudo no que tange à segunda metade do século XIX no Brasil, ser ele um “período extremamente complexo de crise do modo de produção escravista colonial, ainda dominante, e de paulatina estruturação do capitalismo dependente” (p. 33), demonstrando que “os mesmos fatores responsáveis pela expansão e apogeu, isto é, a manutenção do escravismo colonial como área periférica do capitalismo, serão responsáveis, pouco mais tarde, pela crise generalizada do sistema” (p. 140).

Assim, coloca-nos o Barão de Pati como homem de mentalidade colonial, para quem a escravidão era a ordem natural das coisas e, por isso mesmo, despossuído de uma consciência objetiva dos problemas geradores da crise na fazenda de café escravista; seu filho Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, tentando a conciliação da ordem escravista com a pequena propriedade, trabalhada por imigrantes; e, André, que desde seus vinte e

cinco anos, já sonhava com a República para o Brasil, vendo na Abolição a outorga da classe dominante e, na Monarquia, o vínculo tolhedor da iniciativa particular.

Utilizando-se de rica e farta documentação, além de excelente referencial bibliográfico, este trabalho não pode deixar de ser discutido, repensado e porque não dizemos ? ser base para futuras análises de outras áreas, a fim de que histórias regionais sejam realizadas para que saiamos das generalizações apressadas (e que ainda persistem entre nós), sobretudo acerca da sociedade escravista e da abolição, ou seja, da transição do trabalho escravo para o livre.

O PROCESSO HISTÓRICO DO RENASCIMENTO À REVOLUÇÃO FRANCESA

João Ribeiro Junior

No desenrolar do século XIV, o regime econômico entra em declínio, e com ele todo o sistema que o acompanhava. É a crise, com sua mudança na hierarquia dos valores predominantes. Conseqüentemente, alvorece nova Era distinta da chamada Idade Média (termo inventado pelo historiador alemão Christophe Keller, no século XVII). Distinta nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas; distinta na mentalidade — plena de novos conhecimentos —, que se forma no homem europeu; distinta na capacidade técnica; distinta no âmbito geográfico em que haverá de viver no futuro o homem ocidental.

No painel econômico, os turcos ao bloquearem o Mediterrâneo, impedindo a continuação do comércio de produtos orientais, força o Ocidente a procurar novos caminhos marítimos. No panorama político, surgem os Estados Nacionais, originados da centralização monárquica. No campo social, registra-se a ascensão da classe burguesa.

É dentro deste quadro que se difunde um renovado interesse e um gesto acentuado pela antigüidade clássica. Há uma intensa atividade cultural. Os colecionadores, os eruditos, os escritores, os professores, os artistas, insatisfeitos com as formas tradicionais da vida nacional-medieval, voltam-se, com uma admiração sempre crescente, para a cultura greco-romana. O espírito dogmático é progressivamente substituído pelo livre-exame. Floresce o Humanismo. E no seu apogeu se inicia uma nova Era no campo das humanidades e no campo da criação estética: o Renascimento, que vem marcar a reação contra os excessos da submissão intelectual, essa filha da Idade Média.

O Renascimento — *La Rinascita*, termo criado por Giorgio Vasari em seu *Vida dos mais excelentes arquitetos, pintores e escultores italianos* (1550), introduzido na historiografia por Jules Michelet, em 1840, e divulgado por Jacob Burckhardt, no livro *A Civilização da Renascença Italiana* — foi o instante em que se soltaram todos os laços pelos quais a Escolástica prendia o pensamento; foi o momento em que o Poder Temporal ascendente quebrou, de vez, a influência do Poder Espiritual. (A palavra *Renaissance*, Renascença foi empregada pela primeira vez na *Enciclopédia francesa* de 1751-72).

Revolução dos Países Baixos. Felipe II, da Espanha conspira contra Isabel, da Inglaterra. É o caos político-religioso na luta pela hegemonia europeia.

A partir do século XV, na Europa, o estado feudal descentralizado cede lugar às monarquias nacionais fortes, centralizadas. Inicia-se a formação do Estado-Moderno. Luiz XI, em França, depois da Guerra dos Cem Anos, fortalece a monarquia ao submeter Carlos, o Temerário, o último poderoso senhor feudal. Henrique VII, na Inglaterra, reúne as Casas de York e Lancaster, iniciando a dinastia dos Tudor. É o germe do Absolutismo.

O Absolutismo, sistema político que se caracteriza pela concentração dos poderes legislativo, executivo e judiciário nas mãos dos reis, justificado ou pela teoria do direito divino, de Bossuet, ou pela cessão de direitos, de Hobbes — é a marca típica desse período político da História ocidental. Luiz XIV, da França, José I, de Portugal, e Frederico II, da Prússia são figuras representativas do Absolutismo.

É a partir do século XVII que os pensadores procuram estabelecer fórmulas, com vista ao estabelecimento de novas condições político-sócio-econômicas, a fim de que se atenuem a pressão que o poder real vinha exercendo sobre o povo.

Brotam, desse terreno fértil de ideologias, a teoria liberal de Locke, a teoria democrática de Rousseau, a idéia da divisão dos poderes de Montesquieu, e o pensamento libertário de Voltaire.

E o despotismo esclarecido faz sua entrada no cenário político numa tentativa de conciliação entre o Estado absolutista e as novas fórmulas.

É a época de José II, da Áustria, de Frederico II, da Prússia, de Catarina II, da Rússia. É a época do Marquês de Pombal. É a época das ambições colonialistas com seus conflitos e organizações imperialistas. É a época do protetorado. É a época preambular das independências.

Nesta estrutura, novamente, a França é o modelo. A cultura francesa dissemina-se pela Europa e pelas Américas, principalmente, pelo Brasil, quando acontece a revolução intelectual, que culmina no Iluminismo.

É o século das luzes. É o século da razão emancipada, que haveria de dispersar as trevas da ignorância, da superstição e da tirania.

O Iluminismo exerce forte influência no desenvolvimento das idéias, notadamente, no campo econômico e político. Elege-se a razão como o único guia.

Do sistema fisiocrático passa-se ao liberalismo econômico. E o testemunho — testemunho eloquente — da amplitude

do pensamento sócio-político desta época é a **Enciclopédia**, que projeta sua sombra no combate ao absolutismo real, na crítica à ordem social, na luta pela tolerância e na necessidade das reformas de base.

São os anos de conquista da burguesia ascendente, com suas esperanças e decepções, com suas reformas e revoltas, com suas transformações econômicas e conseqüências sociais, com sua vitória final sobre a decadente monarquia. É a explosão da igualdade e da liberdade, transformando a vida material.

Novo marco divisório da História é, então, erigido. A Revolução Francesa abre, estrondosamente, as portas para a História Contemporânea alterando toda a perspectiva dos séculos anteriores, numa tentativa de reconstrução de um novo equilíbrio entre as novas tendências e a mensagem renascentista.

Por esta visão sucinta, através da História Moderna, verificamos que a cultura (em seu sentido mais amplo) desenvolveu-se e difundiu-se fora do âmbito em que se formara, desde a Idade Média. E as conseqüências foram notáveis, porquanto provocaram transformações profundas e decisivas. Transformações no setor econômico, social, político, espiritual e tecnológico, que se projetaram além, muito além do tempo, marcando indelevelmente os séculos vindouros.

A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE SOCIEDADE E ESPAÇO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Luiz Alberto Jorge

A definição de cidade preocupa, de maneira geral a sociólogos, historiadores, geógrafos e economistas de várias partes do mundo. Oficialmente, num sentido político-administrativo, as cidades são consideradas como sedes dos municípios que formam o País (é o caso específico do Brasil). Quanto ao seu aspecto formal a cidade é reconhecida como uma reunião de certa quantidade significativa de habitantes conforme um plano e determinada arquitetura. Pedro Pinchas Geiger, em *Evolução da rede urbana brasileira*, citando Pierre George, nos adverte sobre a deficiência representada pelo uso do critério estatístico na caracterização dos centros urbanos; pois o mesmo se baseia em convenções “que variam segundo o país (...) E as formas e funções da atividade urbana podem integrar-se, excepcionalmente, em agrupamentos de dimensão inferior ao mínimo estatístico urbano”.¹

A Reação histórica entre sociedade e espaço no processo de urbanização nos conduz à compreensão objetiva do próprio significado do fenômeno urbano, a partir de nosso reconhecimento sobre a função exercida por este relacionamento no processo da urbanização.

No estudo do fenômeno urbano deparamos com dois significados bem distintos do vocábulo urbanização:

A) O que considera a urbanização como decorrência natural da delimitação espacial e da densidade da população;

B) O que afirma o vínculo indispensável entre urbanização e uma cultura específica, “a cultura urbana”.

Após uma análise detalhada sobre o relacionamento implícito no processo acima citado, consideramos a urbanização como integrada e interdependente do desenvolvimento industrial. Este posicionamento não se opõe, na prática, à conceituação da Hoselitz que, apesar de admitir a ocorrência de um desenvolvimento paralelo entre os dois processos, não concebe que haja, necessariamente, uma ligação entre os mesmos. Realmente, não há contradição entre as duas posições citadas; trata-se apenas de uma diferença de nível de análise: ora se focaliza certas cidades

(1) GEIGER, Pedro Pinchas, *Evolução da rede urbana brasileira*, pág. 10. cit. *La Ville*, de Pierre George.

ou metrópoles, ora a sociedade sob o ponto de vista global. As cidades aparecem e se desenvolvem “relativamente desvinculadas de uma base industrial”² e realizam diversas funções fora da esfera econômica propriamente dita. Quando focalizamos a sociedade global, urbanização e industrialização se unem num único processo designado, geralmente, por modernização. Segundo Waldomiro Bazzanella o processo de modernização “é o que introduz numa sociedade os produtos, quer materiais (bens e mercadorias), quer sociais (hábitos, valores, formas características de comportamento, enfim modos de pensar, sentir e agir) da Revolução Industrial ocorrida noutros países ou regiões; sem que esses produtos resultem, diretamente, de um processo interno de desenvolvimento da sociedade em questão”³. Assim sendo, o desenvolvimento industrial de certas áreas representa um fator externo que condiciona ou determina a urbanização em outras partes do mundo.

O estudo da urbanização nos conduz à compreensão de seus elementos formais, da organicidade do espaço, nas diversas regiões e, finalmente, à síntese da própria conjuntura econômico-social do Brasil. As estruturas urbanas brasileiras correspondem a uma necessidade de adequação das mesmas às diferentes etapas de nosso desenvolvimento econômico. As mudanças na ordenação das redes urbanas e na hierarquia das cidades ligam-se também a modificações estruturais.

A influência da industrialização é o mais importante aspecto da atual fase da evolução das cidades, na formação de complexas metrópoles, mudança de antigos núcleos urbanos ou de outros locais em centros industriais; surgimento de novos centros (cidades) industriais e maior desenvolvimento da hierarquia dos já existentes. O desenvolvimento industrial atua na urbanização pela expansão do setor terciário ou de prestação de serviços, em virtude do próprio progresso da industrialização.

Consideramos válido o vínculo entre urbanização e cultura; apenas acrescentando à cultura a palavra urbana e a expressão: da sociedade industrial. Esta acepção é bem mais ampla do que aquela que considera a urbanização somente como decorrência espontânea da delimitação espacial e da densidade populacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BAZZANELLA, W., “Industrialização e urbanização no Brasil”, in *América Latina*, ano VI, nº 1.
- GEIGER, Pedro Pinchas, *Evolução da rede urbana brasileira*, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais, 1963.

(2) Cf. LOPES, Juarez Rubens Brandão, *Desenvolvimento e mudança social*, pág. XIX.

(3) Id., *ibid.*, pág. XX.

HOSELITZ, B. F., "The City, the Factory, and Economic Growth", in *The American Economic Review*, vol. XLV, nº 2,

LOPES, Juarez Rubens Brandão, *Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.

NAVEGANDO POR ÁGUAS NEGRAS

Mucio Porphyrio Ferreira

O relato que se segue foi extraído de um “diário de bordo” escrito durante a viagem de dez dias pelo rio Negro e vários de seus afluentes. No total, cerca de 2.500 quilômetros.

O eventual leitor de hoje deve situar homens, paisagens e circunstâncias no ano de 1969, quando, a convite do então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA — dr. Paulo Almeida Machado (posteriormente Ministro da Saúde no decurso de todo o governo Geisel), tive o privilégio e a ventura de participar dessa quase aventura.

Porto de Manaus, quarta-feira, 27 de agosto de 1969. A bordo do “Francisco Sileno II”, sob calor intenso, após as necessárias manobras, com fortes ventos em direção contrária, partimos às 15h40min. Apenas sessenta minutos após, tempestade a estibordo. Relâmpagos e trovões. As águas do rio Negro estão fortemente encapeladas, um verdadeiro mar. O barco balança. Mudança de rota, mais a bombordo, onde as águas parecem mais serenas.

Ainda dentro da baía de Manaus, surge a enseada de Paricatuba com a ilha do Camaleão às 17h50min.

O barco tem 15,70m de comprimento, 3,50 de largura, 10 toneladas, casco de itaúba, a melhor madeira para esse tipo de embarcação. O motor de 16hp, consome 1,5 litros de óleo por hora.

Às 19h10min a lua já vem nascendo à ré. Com esta amplidão de horizonte, clarões iluminam um quarto do céu seguidamente. Nenhum som nos chega aos ouvidos. Apenas os relâmpagos aos olhos num suceder contínuo. Há como que um arco-voltaico atrás das nuvens dentro desta primeira noite. Prepara-se o jantar. Suprimentos para onze dias, incluindo 900kg de gelo. Lataria estrangeira, resultado da Zona Franca, contraste da Amazônia que vi pela primeira vez em 1950. Um ventozinho ligeiramente frio. Saímos da baía de Boi-úçu pouco depois das 21h e já estamos perto do primeiro arquipélago das Anavilhanas, que tem cerca de 320 ilhas, e atingimos a boca do rio Cuieiras. De repente, pelas dez da noite, um toldo imenso, escuro, quase negro, pesado e pouco alto fechou-se sobre nós. Os relâmpagos seguidos clareiam tudo. O vento começou a soprar forte, quase violento. As ondas encrespam ameaçadoramente. Tinha-se a impressão de que a água caía não como chuva, em pingos e filetes, mas em jatos, como

se da nuvem quilométrica se houvessem aberto todas as torneiras de diâmetro incomum. O piloto deixou, a despeito da resistência do vento e das águas, o centro e procura a margem direita nossa, que do rio é a esquerda. Jamais eu vira espetáculo igual ou semelhante. A profundidade do canal, no centro, é calculada em 50m; a do centro estima-se em 60 braças, isto é, quase 100m. O céu continua terrível. Parecia que ia despedaçar-se, esfrangalhar-se em milhões de coisas. Apesar disto e dentro disto descia uma "jangada", uma espécie de leques de toras de madeira puxadas por um "motor". O rio Negro é o habitat preferido dos temporais, dizem-me. Bem menos rico que o Solimões, em peixes, em homens, em tudo. Confiantes na perícia e habilidade do piloto, fomos dormir.

Na manhã seguinte, às 9h, o café: leite americano (long life), café de São Paulo, pão feito em Manaus, manteiga de Goiás. Perto de Paulo, o curumim que tem 12 anos.

Para percorrer o paraná do Jacaré, levamos 17h. Deveríamos passar pela boca do rio Camanaú, onde se acham os índios Atroari, às 10 e o fizemos com quinze minutos de antecipação.

Severino Alexandrino de Sousa nasceu em Recife em 1900. Com 5 anos veio para Manaus. Depois esteve no Rio, Petrópolis e voltou. É o comandante. Acostumado, diz ele, a ter tudo em ordem; ficou viúvo duas vezes a casou-se três, e acrescenta: "ninguém faz falta, o que faz é diferença". Andou também por Porto Velho e Maceió. Não abandonará mais esta vida do rio, mesmo que se aposente compulsoriamente.

O "homem dos sete instrumentos" é Antonio Faustino Neto, natural de Manaus, 34 anos, quatro filhos. Já trabalhou em colônias, acampamentos e gosta mesmo desta vida. Como a sua mulher não é lá muito alfabetizada, sem tempo para freqüentar escola, contratou uma professora, vizinha sua, que lhe dá aulas em casa a troco de cinco cruzeiros (novos) por mês. Diz "a gente precisa pensar muito hoje. Não é tanto a alimentação dos quatro que me preocupa. É a educação deles. Quero que estudem. Para aumentar os ganhos, faço, aos sábados e domingos, qualquer "biscate". Anda tudo muito caro. São livros, cadernos, sapatos, uniformes. Já agora, neste mês, a gente carece de fazer reserva de dinheiro para os estudos do ano que vem." Gosta mesmo desta vida e acha que o INPA vai melhorar muito agora, "porque home bão tá-li", mostrou o dr. Paulo.

Flávio Barbosa de Almeida, o entomologista, é autodidata. Entende mais da especialidade do que muito diplomado. Tem 34 anos e quatro filhos. Animado de boa-vontade e de amor ao que faz, é encarregado de apanhar hematófagos. Sabe que o anophelis é o transmissor da malária mas quer saber por que só este a transmite. Qual a razão disto; onde, por que e como. Detesta macerar o inseto; prefere secçioná-lo e

pesquisar cada aparelho, cada órgão, cada função fisiológica isoladamente e no conjunto. Trabalhos publicados em várias revistas científicas dos Estados Unidos, Japão, França e mais lugares.

Nesta quinta-feira, pelas 10h30min já se nota a presença das águas do rio Branco nas do rio Negro, embora a distância ainda seja longa, pois só pelas sete da noite veremos a boca do rio Branco.

O tempo está bom, conquanto nublado. É Airão, à margem esquerda. Casas de todo tipo pelas proximidades. Bem cuidadas, pequeninas e outra grande, com vasta varanda na frente. Crianças. Crianças. Uma mulher costura à máquina. Mais em frente, flocos de sumaumeira sobre as águas escuras. Em grande volume, parecem mesmo negras, mas num copo, por exemplo, têm a cor de uísque. Atingimos a boca do rio Branco às 19h40min. Foi necessário apagar as luzes do barco, pois o piloto enfrentava uma espécie de nevoeiro. Ali defronte, o território de Roraima. Jantamos e fomos dormir mais cedo, depois de passarmos por um lugarejo chamado Carvoeiro. São uns vinte postes de iluminação pública e ali moram cento e poucas pessoas. Pertence ao município de Barcelos, que veremos amanhã pelo meio-dia.

29 de agosto, sexta-feira: às 6h15min a lua está a 30 graus sobre o horizonte, na proa, e o sol, imensa bola de fogo, encendeia a popa. Uma paisagem de encantamento se nos oferece aos olhos logo ao nascer o dia sem que a noite tenha inteiramente morrido ainda. Há lua a oeste e sol a leste, concomitantemente.

Antiga capital do Estado do Amazonas, Barcelos, onde atracamos às 8h, dispõe de três escadarias para movimentação de passageiros. Missionários Salesianos com o Colégio S. Francisco de Sales, Ambulatório e Maternidade. A criançada brincava no imenso pátio verde quando o sino bateu. Enquanto andávamos por uma longa rua cimentada, paralela ao rio, o clarim sôou e os tambores rufaram. Aí surgiram os alunos, em ensaio para o Sete de Setembro. Sandálias, alpercatas, havaianas. Meninas de saias, até pouco abaixo dos joelhos, de azul-esverdeado claro e blusas brancas. As pequenininhas, atrás, uniam as colunas em confusão, pois assim poderiam conversar melhor.

Pés de graviola, bananas, frutas outras e lindas flores. Um canteiro diante de uma casa de palha todo forrado de "onze-horas" de todas as cores e bem abertas. As casas são pobres: de madeira, de alvenaria (algumas) e de palha. Todas, porém, muito limpas; na sala de entrada — o que se pode ver de cada uma — retratos, jarras e flores sobre os aparadores. Operários continuavam o serviço de cimentar o leito da "avenida": sobre a terra, uma argamassa de saibro com um tipo de pedra "jacaré"; depois, o cimento sem secções para resistir à dilatação. O

resultado já se vê no início da “avenida”: trincas e rachaduras. Eis a igreja matriz, dedicada a N. S. Auxiliadora. Um harmônio no coro, bancos simples e toscos, uma pintura (batalha de Lepanto) na abóboda do altar-mor. Voltamos ao Francisco Sileno II” e continuamos a viagem.

Quem nunca viu isto que estou vendo jamais poderá conceber tamanha beleza e tanta luxúria: Todos os tons de verde, todas as formas imaginárias de galhos; todos os formatos recortados de folhas; palmeiras elegantes, femininas, esbeltas, uma ou outra máscula. E água. São rios, furos, igapós, igarapés, lagos, lagoas, paranás...

É impressionante a vida da gente ribeirinha. Longe de tudo. A única decepção deve ser ir pescar e regressar sem peixes suficientes. E quando passa o “regatão” fazem-se os mais estranhos negócios baseados no escambo. O barco bateu num areião. Marcha à ré, curva e a busca do leito para sair da área. Foi tudo rápido e bem diferente do que presenciei no rio São Francisco... E a selva continua a surpreender-me. A mais rica e fantasiosa imaginação não seria capaz de supor sequer como é tudo isto aqui. Centenas de pequenas borboletas amarelas girando em torno de alguma coisa. Libélulas aproximam-se do barco, voam, vôo razante sobre a água, um mergulho... e estão alimentadas. Passarinhos, dezenas de periquitos fazem incursões de uma à outra margem. As águas parecem espelhos líquidos. Ah, se todos pudessem estar aqui neste rio Negro e gozar da beleza renovada de cada árvore, do quase perfume do ar incontaminado, do azul-róseo do céu, da calma das águas escuras que rolam maciamente. As plumagens coloridas das aves cortam o espaço. “Só se vê bem com o coração”. Tudo encanta e tranqüiliza, porque tudo é simples. A noite está linda. Estrelas de todo tamanho, em grupos, em caudais. Parece-me que nos encontramos um pouco acima da linha do equador: o Cruzeiro do Sul não é visível.

Sábado, 30 de agosto: depois do café, Paulo e eu ficamos a conversar. Pensa ele que o INPA precisa e deve formar homens, nas mais variadas e diversas especializações, mas homens da própria região. Eles já conhecem o meio, amam a Amazônia e aqui viverão. De nada ou pouco adiantará ficar trazendo elementos do Sul para fazer o que o próprio amazônide pode aprender e fazer. O do Sul vem, aproveita-se dos conhecimentos do esforçado local, serve-se dele, e depois regressa ao Sul com grandes trabalhos e exaustivas teses que lhe dão nome, prestígio, distinção e honraria. E o amazônide que o ajudou, que se sacrificou, que lhe deu tudo o que tinha de experiência, vivência, conhecimento, continua sem perspectivas e sem horizontes. O necessário e urgente é preparar, formar o próprio homem da Amazônia. Assim, a obra terá continuidade em benefício do e proveito para o local. O problema não é o controle da

natalidade mas sim criar condições para que o indivíduo melhore seu nível cultural e o padrão de vida. Favorecer o homem da região, antes de tudo. Ele quer progredir. O que se faz aqui no ensino primário é algo inédito no Brasil. O ano escolar é rotativo. Determinadas classes têm férias de março a junho, por exemplo, e neste mesmo período outras classes iniciam os estudos. Há sempre alunos em férias e outros tantos em aulas, durante os mesmos doze meses do ano. Com isto, de 1968 para 1969, duplicou-se o número total de estudantes nas escolas públicas estaduais.

Atracamos em Tapuruquara às 11h30min e fomos ao "Aprendizado Santa Isabel", dos Salesianos. Colégio para ambos os sexos mas em períodos diferentes. Meninas brincavam enquanto uma freira, de terçado na mão, mexia num canteiro, assistida por duas meninas. Entramos no estabelecimento. O diretor, padre Miguel Ghigo, é italiano. Enquanto ele e Paulo conversavam, fui fuçar. As salas de aula são pequenas mas muito bem arrumadas. Meninas e meninos, todos, com traços de índio na fisionomia. Um campo de futebol que serve também para vólibol. A grama nasce e cresce fácil de misturar com capim. Todos alegres, contentes.

Depois, fomos à Prefeitura, cujo secretário, sr. Eustáquio Pereira Sanches, muito cordial e amigável, pareceu-nos eficiente. A principal produção do município é piaçava, de cujo ICM a Prefeitura fica com 20%. Na sede, talvez mil habitantes. A iluminação, de gerador a óleo, é fornecida das 18 às 12h, quando é desligada, explicou-nos. Indicou-nos um prático do rio, nesta região, para pilotar nosso barco nesse emaranhado de rios, igarapés, igapós, uma verdadeira renda líquida. Isto porque Paulo quer encontrar uma ilha, com área suficientemente grande e desabitada, para nela instalar uma reserva florestal, zoológica e botânica do INPA. Descemos até a barranca do rio. Sob um telhado, homens e mulheres trabalham na amarração de piaçava, fazendo compridos cones. Paulo decidiu, então, medir a largura do paraná até a ilha fronteira ao local onde aportamos. Jurandir entrou, finalmente, em ação. Montou a bússola-teodolito, instalou-a no barranco enquanto Paulo e Severino, no bote pneumático (de fabricação alemã), atingiam, em frações de minuto, a praia da ilha, ali colocando a mira-falante (balisa stadimétrica). Depois dos cálculos, a largura: apenas 310m ! Saímos para buscar Dedé, o prático indicado pelo sr. Eustáquio. Mora num recanto adorável. Casa rodeada de palmeiras. Veio logo, pronto para "topar" qualquer parada". De novo nos pusemos a navegar e logo começou uma forte chuva. Dedé explica, indica e aponta. Jurandir, nomeado cartógrafo, rascunha mapas. Antonio, o dos "sete instrumentos", serve café. Contornamos uma grande ilha e vimos uma belíssima praia de areia branca e fina. Ancoramos. Dedé, o nosso guia: "sr. Mucio, o sr. quer cavocar aqui na areia ? " Fiquei um tanto receoso mas comecei a cavar. Devagar, apareceram ovos de tartaruga. Perguntei-lhe

como sabia que ali, naquele ponto, havia os ovos. Muito naturalmente explicou: a tartaruga vem, faz o buraco, desova, repõe a areia e, para enganar os inimigos naturais, dá uma volta sobre si mesma para alisar a superfície e, como tem de locomover-se numa direção, o círculo que faz não fica fechado; veja, ali tem mais. Menor que a tartaruga, o quelônio chama-se “irapuca”.

Flavio e Antonio embrenharam-se na selva em busca de exemplares de hematófagos e outros insetos. Já 20h. De botas, terçado, farolete manual, uma espingarda. Andam de camisa bem aberta porque só assim — dizem — atraem os “bichinhos” que deixam pousar sobre os próprios corpos. Ficam quietos enquanto os “bichinhos” picam e sugam. Então, num movimento preciso e rápido os apanham com os dedos ou com os vidros adremente preparados e, na manhã seguinte, iniciam os estudos.

Aldemar Fontes dos Santos, conhecido como Dedé Xuna, foi funcionário da Erradicação da Malária. Conhece esta região como a palma da mão. Durante anos exerceu o cargo, mas ganhava muito pouco: uns 180 cruzeiros e mais a diária de 3,50 cruzeiros novos. Hoje, trabalha na Prefeitura onde se acha em melhor situação. Contou fatos dolorosos que evidenciam o abandono em que se acha esta gente. O Butantã, em São Paulo, não tem interesse em produzir o soro anti-urucuçu, a cobra mais freqüente na Amazônia, o terror de todos. A capacidade de veneno desse réptil é realmente impressionante, pois pode atacar duas vezes seguidas inoculando, sempre, veneno suficiente para matar.

31 de agosto, domingo. Na praia onde ancoramos ontem, nem brisa. De manhã bem cedo, só o coaxar de um sapo ou jia. Após o café, Dedé pôs o barco em movimento e entramos, pouco depois, no rio Têia, afluente do rio Branco, à margem direita. A paisagem não sofreu modificações ainda. As árvores nascem de dentro d’água. Um canoieiro (montaria) passa solitário... Igapós, árvores de todo jeito, torturadas, angustiadas, desesperadas em seus galhos que se levantam como à procura de algo que não podem alcançar. Árvores carregadas de folhas verdes, verde-amareladas, verde-claras, amareladas, tom de sépia; cipós que as asfixiam: cipós como fios telegráficos; algumas florações amarelas ou roxas ou brancas. Árvores narcisistas debruçadas sobre as águas; árvores arrancadas pela erosão, já mortas no tronco e nos últimos galhos mas que, em virtude da força e das condições do meio, renascem bem junto às raízes expostas com pequenas hastes e folhas verdes. Palmeiras e touceiras. São açai, janari, buriti, caranaí, patoá, bacaba, anajá, janaria, canarana, paxiúba etc. Como Riobaldo Tatarana, “namorei uma palmeira na quadra do entardecer.”

Paramos numas rochas, pois ao fundo, num sítio de belíssima topografia, mora um amigo de Dedé, o senhor Filinto, que logo nos veio

receber à entrada da varanda que se estende ao longo de toda a frente da casa. Cadeiras de balanço, velhas como os tempos, com assento e encosto de couro cru; uma antiga máquina de costurar, um lampião de querosene, um rádio daqueles enormes. Logo em seguida, surgiu uma indiazinha com a bandeja de café. Filinto tem 72 anos de idade; veio do Maranhão há 54. O sítio — conta ele — era bem cuidado, com cabeças de gado vacum, ovinos, frutas de toda sorte e até café, cacau, fruta-pão, flores e mais flores. Depois perdeu a vista esquerda e, agora, está com catarata na outra. Os filhos não se interessaram muito pelo seu gênero de vida. Em compensação, porém, a mulher não quer sair daqui de maneira nenhuma. Homem vivido na aspereza, curtido na dificuldade da Amazônia, conhece tudo por estas bandas. Falou sobre o rio Negro de outrora, quando quase todo o comércio da Venezuela meridional era feito por aqui, por estas vias; de quando as margens do rio Negro eram muito habitadas, com transportes e linhas freqüentes de comunicação. Vapores subiam e desciam com regularidade. Contou dos índios bons que não usavam flechas. Hoje, diz ele, o rio Negro está morrendo no abandono. Ninguém planta ao longo de suas margens; a população ribeirinha escasseia, atraída por outros chamarizes mais abaixo. O arroz não nasce, a mandioca é difícil, o gado passa fome e perece. Enquanto isto, o governo realiza uma reforma agrária que, para esta região, só tem trazido complicações, desânimo, desalento e abandono. Vida cara por culpa dos governantes que suprimem até agências telegráficas porque não dão lucro. A Panair, a despeito de tudo o que pudesse ter feito de errado, foi a voz, as mãos e os pés desta imensa região. Quando vem a cheia, a Cruzeiro do Sul não desce em Tapuruquara: nem cartas nem encomendas. Os “Catalinas” da Panair fizeram para esta gente o que os DC-3 significaram para outros cantos do País. Acabaram com tudo e até com o amazônide querem liquidar, relegando-o ao abandono, às doenças, à fome, à miséria. A Campanha de Erradicação da Malária, CEM, dedetiza as casas de vez em quando, contudo não fornece medicamentos. O homem empobrece enquanto os magnatas se tornam os donos de águas, terras e gentes. As missões americanas se isolam em seu trabalho (há quem diga não sejam exclusivamente de catequese). Os índios Atoari — afirma-se — são instigados por homens brancos, pois naquelas bandas há muitos minérios, ricas jazidas e os que tudo exploram (com ou sem o conhecimento dos governantes) não querem dividir. Açulam os índios e assim mantêm o isolamento que lhes possibilita exaurir as riquezas cômodas e impunemente...

Nada indica que hoje seja domindo aqui no rio Negro.

O senhor Filinto deu-nos laranjas, abacaxis, bananas, abios, maracujá-açu, cacau e até cuias cujo fundo é pintado de cumati, a tinta extraída da entrecasca da árvore, raspada e misturada com água. Dão-se várias demãos e a cor negra é igual ao nanquim ou à laca preta japonesa.

O entusiasmo tomou conta de todos, unidos em busca da ilha, pois será nela que flora e fauna, em todas as suas manifestações, serão preservadas. Contornamos a ilha de Tamaquari onde se incursionou, durante algum tempo, para encontrar igapós. Mais voltas à ilha. Paramos numa casa de índios na ilha. Paulo, Severino, Dedé e Antônio partiram no barco inflável e desapareceram além do extremo oposto da ilha, que deve ter uns 30km de comprimento. O "Francisco Sileno" ficou em órbita enquanto o inflável se embrenhava em busca de uma lagoa onde proliferam os peixes-boi e surgiu no ponto predeterminado. Já um temporal imenso começa a desabar. Chove violentamente e a superfície das águas corusca ao receber cada pingo de chuva. São milhões e milhões de brilhantes que ofuscam no impacto e logo desaparecem. Chove mesmo! Apesar do barulho da "máquina", os trovões chegam-nos aos ouvidos. A chuva continua, porém, mais fraca: 18h30min. Vamos amarrar o "Francisco Sileno II" na mesma praia de ontem. Está esfriando e chega a hora do jantar: pirarucu desfiado com ovos de tartaruga, ervilha e arroz; laranjas, bananas, goiabada, marmelada e café. Tudo muito variado e saboroso, pois o Antonio, além de ser "atração" para os hematófagos do Flavio, é também famoso cozinheiro nos rios Negro, Branco e afluentes. Depois do jantar, a conversa. Paulo falou sobre suas experiências, demoradas, com os índios Tiariti e da luta do padre Edgard no Jurema. Os assuntos se diversificaram, indo de doenças, agentes, manifestações, terapêuticas e casos contados pelo velho e bom Severino a respeito da velha Manaus. As condições sanitárias da Capital hoje são precariíssimas. A água servida à população é esta do rio Negro, "in natura", sem tratamento algum. Agora é que se está fazendo nova captação do líquido, sob o leito do rio, para posterior cloração. A rede de esgoto não vai além de umas poucas ruas das mais antigas. Os ingleses, que dominaram a cidade na época áurea da borracha construíram e deixaram algumas galerias, as quais, todavia, com a desapropriação do "Port of Manaus," foram abandonados e, hoje, em muitos trechos, estão ruindo. Quando o governo se tornou dono de todo o acervo, os aparelhos, as bombas de sucção e ar, de pressão, todos os equipamentos desapareceram. Agora, o INPA ergue um prédio de quinze andares na rua Guilherme Moreira, local alagadiço. Serão sessenta apartamentos. Por onde e para onde se escoarão os detritos se não há redes de esgoto? Este é o mais sério problema de Manaus de hoje, com 250.000 habitantes. E o lixo? Apenas diminuta parcela das ruas centenárias tem serviço de coleta. O lixo se amontoa nos terrenos baldios ou nos igarapés é lançado. O leite é de péssima qualidade. Vem da ilha do Careiro (lembrei-me de que em 1950 fiz a viagem até o Careiro, ida e volta, num barco leiteiro) vindo de gado nem sempre sadio, tirado sem as mais mezinhas normas de higiene; sacolejando em latões chega à capital e é vendido no varejo das ruas. Outro problema que aumenta é o decorrente

do trânsito. Cães sem dono, aos milhares, vagam pelas vias públicas. Por que arranha-céus em Manaus, onde o espaço é sem limites? Só para dar-se à cidade aquele ar sofisticado, falso e desumano da cidade que cresce e se transforma em metrópole? É absolutamente necessário, antes de tudo, valorizar o homem, ensinando-lhe hábitos de educação, de higiene e meios de prover a sua subsistência. Preparar a sua própria gente para ordenar e comandar o futuro.

O gerador já está na hora de ser desligado: 20h45min deste domingo, 31 de agosto de 1969.

Acordei, nesta segunda-feira, com a máquina" a ser posta em movimento. Vamos subir alguns rios mais ao norte. Ainda está escuro. Um vento frio corre sob o céu nublado. A primeira luz do dia vem aparecendo. Paramos junto à ribanceira de uma ilha, na boca do rio Inhambu. Paulo, Severino, Dedé, Antonio e Flavio saíram no inflável e nós outros permanecemos a bordo. Voltam Paulo e Severino, depois de algum tempo, e me convidam a seguir com eles no pneumático. Atravessamos o rio Negro e fomos descer numa diminuta e linda praia do rio Abuero, da qual se viam os morros da chamada serra do Jacamim. Retornamos ao "Francisco Sileno" pouco mais tarde e, enquanto se preparava o almoço, Paulo, Dedé, Jurandir e eu subimos o rio Inhambu, que serpeia tranqüilo, refletindo, calmo e sereno, mais como as águas de uma lagoa, o verde das bordas e o azul do céu. O percurso parecia montanha russa e a sensação que tive foi a de que o rio estava surgindo das profundezas, de baixo para cima, embora docemente. De repente, as águas começaram a apresentar sucessivas ondas de espuma branca. Imaginei, logo, uma corredeira ou cachoeira. Foi também de repente que ela nos surgiu à frente, espocando, estourando, indômita e indomável. Apesar da pouca altura da queda, a violência das águas contra as rochas imensas era tremenda. Descemos do barco para as costumeiras fotografias. Retornamos ao "Sileno II" e verificamos que o percurso de ida e volta foi feito em 45 min. Após o almoço, Paulo, Dedé, Antonio e Flavio retornaram à cachoeira, onde Antonio e Flavio deveriam apanhar exemplares de insetos, peixes, borboletas e rumar, em seguida, para a boca do rio Marauíá, afluente do Negro, margem esquerda, bem abaixo do Inhambu. Lá seria o ponto de encontro. Já estamos descendo o rio Negro e o relógio marca 15h30min, hora local. Realizado o encontro fomos em busca da praia em que nos amarramos sábado, apelidada de "Copacabana Palace". No caminho, passou por nós um caboclo numa "montaria", com espingarda a tiracolo e três cachorros na canoa. Transmitiu informações a respeito de duas cachoeiras e de uma tribo que Paulo pretende visitar amanhã, saindo bem cedo, pois a intenção é iniciar o regresso a Manaus ainda amanhã, terça-feira, mesmo que seja ao anoitecer ou dentro da noite. Já vamos amarrar. Choveu muito ontem e hoje e o sol ainda não deu o ar de sua graça. Como nesta praia há uma jia que não se cansa de coaxar, o nome

ficou "Pensão da Jia", porque em Mato Grosso existe um pouso chamado "Pensão da Ema" (três árvores bem juntas, que tornam possível estender redes).

A turma é realmente boa. Todos de permanente bom-humor e dispostos a qualquer serviço, a toda atenção. Jantamos. Antonio e Flavio partem, como se fosse noite, rumo à mata para pegar insetos ou mamíferos para estudos de entomologia e helmintologia. Pergunto ao "conde" as horas: 10h35min, temperatura 25,5º centígrados. O "conde" ouve no radiozinho, alternando sempre, uma transmissão em espanhol, da Venezuela, e outra, em inglês, das Bahamas.

02 de setembro, terça-feira, logo após o café, embarcamos no inflável e subimos o rio Marauá e uns trinta minutos depois vimos a primeira corredeira, vencida facilmente pelo "motor". A paisagem sempre linda. Não me canso de ver árvores, água e céu. Depois a segunda. Mais alta e violenta que a anterior. Desembarcamos e serpeamos por terra enquanto Dedé e Antonio, numa impressionante demonstração de perícia e calma, transpuseram o pneumático para além das águas revoltas. De novo, no barco, reiniciamos a jornada. Dedé conhece realmente muito bem tudo isto. A segurança com que manobra, a certeza com que toma o rumo e o vigor de seu físico impressionam. Não titubeia, não vacila. Firme, enveredou por uma água e desligou o motor Mercury. Amarrado o inflável, descemos. Nenhum índio por perto. Encontramos uma maloca dos Xurinami toda vazia. Foram caçar e levaram mulheres que os acompanham por terra, bem junto à margem, enquanto eles, os homens, vão de canoa. Ali deixaram a caitetu manual (uma espécie de ralo para mandioca) a "forma" para fazer a farinha, o forno, caixotes etc. Sobre uma estaca, penas de todas as cores. Umhas cinco casas e duas "construções" estranhas, marcadas inteiramente de fumaça. A volta processou-se com a maior simplicidade; às 13h35min partimos para Tapuruquara, primeira escala da viagem de volta. Temperatura, 28º centígrados.

Encostamos em Tapuruquara. O conjunto de dois edifícios, bem à moda dos Salesianos, com uma capela coberta de zinco entre ambos, domina a vista que temos à esquerda. Procuramos o senhor Eustáquio, o secretário da Prefeitura, pois queríamos agradecer-lhes as atenções e a indicação deste Dedé tão caboclo, tão simples e tão bom. Eustáquio não estava. Falamos, então, com o Prefeito. Descalço, barras das calças enroladas, cabelos pretos e reluzentes. Paulo conversou longamente com ele enquanto eu partia para novas explorações. Sentamo-nos à sombra de jameiros à espera, mas Eustáquio não veio. Mulheres partiam pedras ao sol. Dedé explicou-nos que cada uma delas quebra cerca de cem latas (medida — um desses latões de gasolina, de 18 litros) por semana a 500 cruzeiros antigos por lata. Isto representa uns 200 contos — diz

ele — por mês. Quebram pedras enquanto maridos ou pais vão pescar ou caçar a alimentação da família. E fomos conhecer a casa de Dedé. Simples, humilde, limpíssima e bem arrumada. Na sala, quatro cadeiras, uma máquina de costura, um diminuto quadro-negro, imagens de santos e retratos. Até uma tricomia da primeira dama do Estado com a frase “fulana de tal, um exemplo de amor aos humildes”. Ela, toda pimpona num ambiente de luxo, pernas cruzadas, bem maquilada e penteada... Já estamos no quintal: árvores, plantas, frutas, dois cães, um leitãozinho, um gato, várias galinhas ciscando seguidas de seus pintinhos. O galo, um papagaio solto passeava pelo chão, tantando fumar uma guimba que atiramos. Panelas reluzentes e caldeirões brilhantes pendurados no batente do vão da porta da cozinha. Apenas o vão ! Não há necessidade de bandeiras nas portas, pois não há ladrões, não há assaltantes. Que humilhante superioridade a desta gente. Dona Antonia, desembaraçada, veio com uma bandeja, quatro xícaras e café quente, enquanto nos extasiávamos diante de um canteiro de latas pousadas sobre uma espécie de banco feito de finos troncos. Uma diversidade enorme de plantas; cada qual com a folhagem mais bonita e muitas com belas flores. Folhas de toda as formas, recortadas, angulosas, redondas, compridas, curtas, estreitas, largas, de cor uniforme ou salpicadas de verde e amarelo. Uma é “macumbinha”, outra é “laço de amor” (duas diminutas flores, vermelhas ou brancas, que florescem juntas). Quem as planta e delas cuida é Vera, de nove anos, que chegava da escola com a tia que a fora buscar. Árvores e arbustos por toda parte. As folhas desta, secas perto do fogo, reduzidas a pó e transformadas em bolinhas com leite de sorva, são mastigadas: tiram qualquer apetite e diminuem a gordura das pessoas. Das folhas de outra, prepara-se um chá contra palpitações cardíacas; aquela resolve males do estômago; outra combate as deficiências hepáticas; mais outra, problemas intestinais. Um ar de perfume nos envolvia em meio aos coqueiros-anões, mamoeiros, ingazeiros etc. A irmã de Dedé, para ajudar em tudo, dá aulas a um grupo de meninos e meninas. São quinze alunos dos quais dois, atualmente, não comparecem às aulas porque foram auxiliar os pais no roçado, na pesca ou na caça. De repente, choveu. Abrigamo-nos sob as árvores e dona Antonia veio buscar-nos para retornarmos ao interior da casa. Depois que a chuva passou, surgiu o curumim que, do barco, veio avisar-nos da partida. Descemos o rio até Tapuruquara outra vez. Casemiro, o piloto, queria visitar uma tia e voltaria às 21h. Veio mesmo e desamarramos. Uns vinte minutos de percurso e os céus despejaram uma tempestade, para valer mesmo ! Decidiu-se parar para evitar qualquer risco, pois o barco jogava por todo lado e as ondas quase nos engoliam. Mesmo assim, o barco foi amarrado num robusto tronco de árvore e dormimos ao embalo das águas revoltas. Todos tínhamos muito sono.e...

03 de setembro, quarta-feira. Acordei às 6h e Severino informou que estávamos rodando desde às 03h da madrugada. Paulo

assume o leme e o sol já está quente às 7h50min. Conversa vai e conversa vem. Antonio diz que, quando pode, vai caçar ou pescar. Prefere o tambaqui (eu também) a qualquer outro peixe. Os mais comuns da região, informa, são tambaqui, tucunaré, jaraqui, pacu, caraú-açu, aracu, jatuarana, matrinxã, piraiba, surubim, piranha, pescada, pacamum, pirarucu, traíra, poraquê (o elétrico do qual experimentei um choque no Museu Goeldi em 1955), bodó, piramutaba e pirarara.

A viagem de volta, embora linda e esfusante, não apresenta aquele impacto do imprevisto na paisagem, mas persiste a admiração por tudo quanto nos cerca. As nuvens, até então brancas e esgarçadas, adensam-se e escurecem para logo choviscar. A uns 45 graus sobre o horizonte, a leste, forma-se gigantesco arco-íris. Um bando de papagaios corta as sete cores distintas e se perde para além das árvores. Quase cinco horas da tarde. As curvas do rio. O vento, que estivera ausente o dia todo, agora sopra dentro do barco e corre na superfície das águas, encrespando-as. As franças das árvores, os leques das palmeiras e tudo balança. No céu, persiste o festival de cores: azul, vermelho, laranja, fímbrias de ouro e, nesse berço colorido, o sol se deita. Às 19h45min passamos por Barcelos. Contei 43 focos de iluminação. A igreja e o colégio dominam com suas luzes a avenida beira-rio. Cerca de uma hora após, dormimos.

Quinta-feira, 04 de setembro e Casemiro informa que passamos pela boca do rio Branco, às 04h05min. Mas enquanto esperava o sono, eu revi o velho pescador que aparece em sua "montaria" junto ao nosso barco ancorado no rio Marauíá. Não diria que sua roupa estivesse em frangalhos, mas bem rasgada. Chapéu de palha. Um rosto curtido, barba branca de alguns dias. Conversou, explicou e ofereceu-nos peixes. Depois, afastou-se remando para deter-se num remanso ensombrado. O homem só, sozinho na canoa, sozinho no rio. Esta solidão, este constante contacto com a Natureza em todas as suas manifestações, esta simbiose com a tranqüilidade do rio que passa sempre e se renova sem parar, tudo isto há de dar-lhe uma paz interior não imaginada e sequer suspeitada pelo homem comum da cidade grande...

Estamos voltando, subindo o rio e são oito horas. É que Casemiro, o piloto, se esqueceu de parar em Moura e queremos ver a cidade que os Atroari incendiaram há alguns anos. "Ubi Moura fuit". Que resta da cidade que chegou a ser próspera? A fachada de alvenaria das "colectorias estadoaes", como se fosse apenas um muro a cercar bananeiras. As ruínas de outro prédio, "Comissão dos Portos da Amazônia". Casebres de palha, poucos e pobres. Logo ao descer, encontramos lavadeiras. Vozes de crianças cantavam o Hino à Bandeira. Aproximamo-nos da escola. A meninada saía para a merenda. Procuramos a

professora. Deve ter uns 19 anos e chama-se Celeste. Recebe da Prefeitura de Barcelos, porque Moura, decadente, deixou até de ser município e hoje é apenas distrito da ex-capital. Celeste veio para cá este ano. Natural de Carvoeiro, tem 43 alunos e muito entusiasmo, é heroína das mais respeitáveis. Andamos bastante pelas trilhas. Carneiros pastam tranqüilamente. Uns dois ou três cachorros. Meninos brincam com uma bola de borracha. Sol escaldante. Andamos muito até localizar a base da FAB, cujo sargento, muito amável anuiu em transmitir uma mensagem de Paulo destinada ao INPA. Cada elemento da Base permanece aqui seis meses. No pátio, um hidroavião, Catalina PT-ATN, abandonado — diz o sargento — há uns cinco anos e ninguém apareceu para removê-lo...

Caía a noite quando Flavio e Antonio saíram para a “caçada” dos temíveis “flebotons” e, contentes, voltaram com três exemplares do responsável pela Leichmaniose cutânea, pois a visceral ainda não existe (felizmente, acrescentam) na Amazônia.

O “conde” é Jurandyr de Alencar, 28 anos de idade. Nasceu em São Paulo de Olivença, onde seu pai era agente postal e telegrafista. Com uns dois anos, foi morar em Borba e dali para Manaus. Fez o curso ginásial com os Salesianos e Matemática, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Amazonas. Há uns dez anos prestou concurso federal, mas até hoje não foi chamado. Depois foi para Curitiba e mais tarde para Viçosa, onde se diplomou em Economia Florestal. Ingressou no INPA e, como bolsista da Fundação Gulbenkian, aperfeiçoou-se em Lisboa. O apelido “conde” é em razão de, em seu pijama, haver um brasão bordado.

A viagem está chegando ao fim. Esta é a última etapa desses 2.500 km líquidos num barco com oito adultos e um menino. Chega a noite também negra como o rio. O último jantar. Prato de alumínio na mão esquerda, garfo na direita. Caneca de ágata. Depois vamos dormir para acordar em Manaus às sete horas... Dormir ilusões e sonhar esperanças !

Manaus, sete horas: estamos no cais.

Lembro-me de que ontem, em Moura, sobre a mesa do alojamento dos sargentos, havia um jornal de Manaus, datado do dia anterior. Sem os óculos, só pude ler a manchete e concluo: consumou-se o mais doloroso dos golpes, na série de golpes. Se havia um vice-presidente, por que um triunvirato assume o governo durante a doença do titular efetivo ? Ah, civilização !

UM BRASIL AINDA POUCO CONHECIDO

J. V. Freitas Marcondes

Odilon Nogueira de Matos, num gostoso relatório de uma excursão — “Pelo Sul do Brasil” — mostra-nos alguns aspectos quase desconhecidos pela maioria dos brasileiros. Nesse cartesiano relato, aprende-se muita coisa como, por exemplo, a história das famosas “Caldas da Imperatriz”, que pouquíssimos brasileiros conhecem com os detalhes relatados.

Vale a pena transcrever este trecho: “Taunay foi presidente de Santa Catarina em 1876 e embora as velhas “Caldas” de Santo Amaro, batizadas “da Imperatriz” depois de Dona Teresa Cristina contribuiu com quatrocentos mil réis (quantia enorme para a época) para a construção do primitivo balneário, fossem conhecidas desde 1813, foi só após a imperial visita de 1845 que se tornaram famosas. Ao tempo de Taunay, ao que se deduz de seus escritos, já estavam um tanto abandonadas e o seu estudo, publicado pela primeira vez em 1879, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, teve mesmo o objetivo de chamar a atenção para estas salutares águas. Quando, em 1977, colhia material para o meu livro PÁGINAS CATARINENSES, no qual transcrevi boa parte do que Taunay escrevera sobre as famosas Caldas, nem podia imaginar estivesse tão perto o dia em que viria a conhecê-las. De fato, Santo Amaro e as vizinhas Caldas da Imperatriz, embora pertíssimo de Florianópolis, ficavam completamente à margem de qualquer programa turístico que visasse ao Sul do Brasil. Eu mesmo, viajando tantas vezes pela região, jamais tive oportunidade de visitar o maravilhoso local. Foi só depois das termas dotadas de excelente infra-estrutura hoteleira que as viagens se tornaram possíveis”. “Caldas superou minha expectativa”, diz o renomado historiador, geógrafo e acadêmico campineiro e paulista.

“Mutatis mutandi” é o mesmo caso de Caldas Novas, no Estado de Goiás, como veremos a seguir.

Um Pouco de História

O historiador goiano, Elder Camargo de Passos, na enxuta monografia HISTÓRIA DE GOIÁS, publicada pelo Departamento de Cultura daquele Estado, com apresentação de Eudes Pacheco Santana, datada de 1970, inicia seu estudo enumerando, cronologicamente, com alguns detalhes, dezoito das principais bandeiras que saíram de São Paulo. E diz mais: “Foi o nosso Estado descoberto nos fins do século XVI, por

desbravadores que adentraram nos sertões do Brasil-Central em bandeiras e expedições, à procura de riquezas e à cata de índios para escravizar, a fim de suavizar o trabalho de pioneirismo” ou da civilização brasileira que se iniciava.

“Os paulistas foram os mais destemidos e audazes exploradores” das fechadas e intermináveis florestas e dos longínquos sertões brasílicos. “O seu espírito não era somente o de conquista, mas acima de tudo estava o desejo de desbravar e descobrir a riqueza incalculável da terra que dormia. Com esse ideal, várias foram as bandeiras que perambularam pelo nosso Estado, principalmente na região do Tocantins”, frisa o historiador goiano.

Das referidas dezoito bandeiras e expedições, destacamos o nome do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva — o Anhangüera — chefe de destemoroso grupo que levava consigo seu filho mais velho, com apenas 12 anos de idade e que, mais tarde, foi também chefe de importante bandeira, com a alcunha de Anhangüera II, quando era Governador de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes, em 1722.

O primeiro Bartolomeu, pai, embrenhou-se no sertão do futuro estado de Goiás, por volta de 1673, e, ao regressar — depois de dez anos bandeirando — trouxe muitos índios cativos, pedras preciosas, cansaço, experiência e notícias de abundância de ouro naquela região.

O segundo Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 3 de julho de 1722, retornou ao sertão com uma grande bandeira, integrada por muitos escravos negros e índios já civilizados, com dezenas de cavalos e burros; com 152 armas de fogo e dois religiosos portugueses; Frei Antonio da Conceição e Frei Cosme de Santo André. Foi esta, talvez, a última e a maior bandeira das muitas que partiram de São Paulo de Piratininga, que, aproveitando as lições de seu pai — depois de muitos tropeços — foi parar na “bucaina da Serra Dourada”, levantando “barrancamentos de palha e plantando roças para abastecer-se de mantimentos”, colonizando, dessarte, as terras descobertas por seu pai. Enquanto as roças cresciam a aproveitando a índole pacífica dos índios Guayazes, Bartolomeu Filho fez várias explorações e duas delas merecem especial destaque: uma, foi a célebre queima de um ancorete de aguardente que resultou grande pânico entre os índios e a subsequente indicação de abundantes jazidas auríferas no Vale dos Guayazes que enriqueceram o audaz bandeirante; a segunda, foi a descoberta de um rio de água quente que lhe intrigou. Registrou o achado e deu conhecimento dele ao Governador de São Paulo que não pôde dar muita importância a esse fato, mesmo porque, no período inicial do setecentismo, a província de São Paulo era grande demais para despertar uma especial atenção a um fato

como esse. A jurisdição territorial paulista estendia-se, nessa época, por cerca de três milhões de quilômetros quadrados — mais de um terço do Brasil — abrangendo os atuais Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, que só se emanciparam, respectivamente, nos anos de 1720, 1744, 1748 e 1853.

Bartolomeu Bueno da Silva Filho, para todos os efeitos, foi o descobridor das águas quentes de Goiás. A origem do povoado de Caldas Novas deu-se por volta de 1722, pelo bandeirante Anhangüera II. Todavia, essa descoberta permaneceu esquecida até 1777, quando Martinho Coelho de Siqueira, numa excursão à procura de ouro e caça, descobriu, às margens do Rio Pirapitinga, algumas fontes de águas quentes, segundo relata um folheto ilustrado sobre a cidade de Caldas Novas, distribuído pela Prefeitura daquele município que hoje é considerado a “sala de visita” do Estado de Goiás.

AS ÁGUAS QUENTES DE GOIÁS

Atualmente, há três lugares distintos de águas quentes no Município de Caldas Novas: 1) A “Pousada do Rio Quente” fica a 30 e poucos quilômetros da cidade de Morrinhos. Esta está situada à margem direita da Rodovia BR-153, que liga São Paulo a Goiana e Brasília. De Morrinhos há uma estrada asfaltada que vai até a cidade de Caldas Novas (48km), que é a sede do Município do mesmo nome. Antes do km 30, desta estrada, há farta sinalização indicando a entrada para a Pousada do Rio Quente. Na Pousada há dois grandes hotéis: o **Hotel Turismo** considerado “um dos mais luxuosos e requintados hotéis do Brasil” (5 estrelas) e que faz parte do complexo denominado Pousada do Rio Quente e o **Hotel Turismo**, — réplica do Hotel Quitandinha, em Petrópolis. Além desses dois grandes hotéis, há vários pitorescos chalés situados ao longo do Rio Quente, com piscinas e outros atrativos. Neste complexo hoteleiro, que fica na Serra de Caldas, existem inúmeras minas de águas quentes que foram aproveitadas em várias piscinas, formando logo abaixo o famoso rio Quente, descoberto pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1722, como já vimos. A temperatura das águas quentes que nascem na Pousada variam entre 37 a 42 graus centígrados, todas elas situadas num ambiente requintado e muito bem planejado.

2) **Caldas Novas** é uma simpática cidade de 20 mil habitantes distribuídos numa área urbana de 60km² e mais 5 mil rurícolas que estão espalhados em 1.732km², onde são encontradas dezenas de fazendas e sítios que exploram a agricultura e a pecuária, integrando o município de Caldas Novas, criado em 1911. Nos feriados e fins de semana, a população flutuante dobra, graças aos 28 hotéis de várias categorias sociais. Os principais hotéis da cidade são: **Tamburi, Parque das Primaveras, CTC** (Caldas

Termas Clube), Roma, Privé de Caldas, Jalim Turismo, Hotel Morada do Sol, Colônia de Férias do Sesc e outros. Ainda há vários hotéis em construção. É impressionante o rápido crescimento da cidade que há dez anos só tinha 5 mil habitantes e três ou quatro hotéis modestos. Nessa cidade, a água que sai nas torneiras dos principais hotéis, possui uma temperatura tão elevada que, obrigatoriamente, passam por um processo de resfriamento. A temperatura das águas de Caldas Novas — oriundas de poços artesianos — varia entre 37 a 50^o graus.

3) **Lagoa Quente:** esta lagoa está situada bem próxima à margem direita do rio Pirapitinga que dista uma légua da cidade de Caldas Novas e, hoje, possui um conjunto de “camping” — um dos maiores do Brasil — todos com água, luz, sanitários, bares, lanchonetes, piscinas para adultos e crianças. Em alguns desses “camping” há saunas, campos de esportes (vôlei, futebol e até quadra de tênis). Só o “Country Club-Camping” tem capacidade para 300 barracas, numa área de 20 mil metros quadrados.

A chamada “Lagoa Quente” possui uma mina d’água quentíssima que, segundo dizem, atinge a temperatura de até 70 graus centígrados — a mais quente de toda a região. A origem destas fontes termais é controvertida. Alguns geólogos afirmam ser de origem vulcânica, mas extinto há milhões de anos; outros cientistas acreditam que o aquecimento das águas é devido à existência de muito urânio, que está se desintegrando, lentamente, em alta temperatura, o qual transmite calor e radioatividade às águas, as quais são medicinais e ao mesmo tempo constituem uma verdadeira fonte de rejuvenescimento.

Conclusão — Ao concluir, podemos dizer que estes três conjuntos situados nos municípios de Caldas Novas — sumariamente analisados e descritos distam 180km de Goiânia, 380 de Brasília, 800 de S. Paulo, 880 de Belo Horizonte e 1.200km do Rio de Janeiro e de Curitiba. Este conjunto constitui “a maior estância hidrotermal do mundo” e está fadado a ser o maior pólo turístico do Brasil. Por outro lado, constitui também a realização da sonhada “marcha para o Oeste”, tão bem estudada pelo poeta Cassiano Ricardo, num livro rico de “Sociologia da Brasilidade”². Finalmente, a mudança da nossa Capital Federal para o planalto goiano tem contribuído consideravelmente para o desenvolvimento crescente dessa “Marcha”, como tivemos a oportunidade de ressaltar, numa singela monografia, escrita antes da inauguração de Brasília, a pedido do Magnífico Reitor da “Mississippi State University”, onde estivemos como Professor-Visitante, em 1958-59³.

Carajás e outros empreendimentos paralelos acelerarão ainda mais essa "Marcha" que fará do Brasil não mais o "País do futuro", mas o **Brasil do presente**, ainda neste fim de século.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Odilon Nogueira de Matos, "Pelo Sul do Brasil" in NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA e HISTÓRICA Nº 111, Ano XV, julho/setembro/83.
- (2) J. V. Freitas Marcondes, "Cassiano Ricardo: Sociologia da Brasilidade", in PROBLEMAS BRASILEIROS, Nº 89/1971.
- (3) J. V. Freitas Marcondes, "Brasília, The New Capital of Brazil", in MISSISSIPPI QUARTERLY, vol. XII, Nº 4/1959.

“POLÍTICA NEM SEMPRE” E A ATUALIDADE CONTEMPORÂNEA

Luciara S. de Aragão e Frota

Política nem sempre é o resultado de parte da produção do jornalista Dario Macedo. O livro, rico em informações e curiosidades sobre a política brasileira contemporânea, reflete a vocação do autor pela crônica.

Dividido em seis partes, nele se contém uma sucessão de fatos políticos, fazendo desfilar personagens à luz de um “spotlight”, ora irreverente, iluminando a sátira, ora desnudando denúncias. Assim, acontece com o relato da corrupção eleitoral sob o título de “Leilão”. Temos aí a seriedade do aviso sob a necessidade da preservação da pureza democrática para que sobreviva e da responsabilidade para que se imponha (p. 227-229).

A primeira parte do livro parece condensar melhor o hilariante da produção do autor que tem o dom de tornar familiares e, às vezes, íntimas, as figuras como Lula, Brizola, Flávio Marcílio e Armando Falcão, dentre outros.

A segunda parte, prima por relatos que prendem a atenção do leitor a partir da felicidade dos títulos escolhidos como é o caso de “Esses novos deputados maravilhosos e seus primeiros choques e deslumbramentos” (p. 175). Na parte terceira, temos “os fatos e os homens” e aí, observa-se melhor o estilo atraente do autor, em função da informação mais longa e entremeada de observações, nem sempre discretas, sobre coronelismo, currais eleitorais e, principalmente, sobre justiça no Brasil (“O grande mudo”, p. 208).

É fora de dúvida a atração que os textos vêm exercendo, atualmente, como elementos referenciais de um discurso interpretativo impossível de se relegar ao abandono. Num momento em que a História vem sofrendo, a exemplo de outras ciências, profundas mutações em suas visões e abordagens, temos a incorporação dessas novas fontes — independentemente de escolas — como elemento necessário ao aprimoramento da pesquisa, enriquecendo a interpretação do historiador. Naturalmente, continua sendo seu ofício descobrir-lhe as projeções e usá-lo adequadamente na reconstrução do passado de forma muito mais perfeita do que o faria qualquer leitor abusivo.

Temos, assim, em **Política, nem sempre**, a linguagem descritiva do cotidiano no relato interpretativo do autor, colaborando na restituição

de aspectos contemporâneos da História Política do Brasil. Assim, do registro feito pelo jornalista, não se perde o aspecto instrumental da crítica percebida, precisa e objetiva.

Fartamente ilustrado, de leitura fácil e agradável, este trabalho lançado em Brasília, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Alagoas, é apresentado com brilho por Luís Gutemberg, prefaciado por Paulo Affonso Martins de Oliveira e contém, nessa primeira edição, opiniões abalizadas como as do jornalista Thomas Coelho e a de Cláudio Martins, presidente da Academia Cearense de Letras.

Editado pelo Comitê de Imprensa do Senado, obra integrante da Coleção Hipólito José da Costa, o livro interessa a todos que desejam conhecer melhor a atualidade contemporânea.

BAURU E O MORGADO DE MATEUS

Benedito Barbosa Pupo

Campinas ainda não tributou ao Morgado de Mateus, autor intelectual de sua fundação, as homenagens que ele merece. Aliás, essa notável figura de estadista e administrador de São Paulo na época colonial, é pouco conhecida, não só em Campinas mas no próprio Estado. De homenagem públicas, que permitam a evocação de tão ilustre figura, só tenho conhecimento de três: a rua **Morgado de Mateus**, na Capital; a rua **Luiz Antônio de Souza**, em Campinas; e, recentemente, o Museu Histórico-Pedagógico **Morgado de Mateus**, em Bauru.¹

No ano passado (1984) tive a honra de ser convidado pelo Professor Hilário Rosa, diretor do Museu de Bauru para participar de um simpósio durante as comemorações do quinto aniversário da instituição. Apenas dois fatos justificavam o convite: a doação, que fiz ao Museu, de alguns pôsteres obtidos de microfilmes com mapas da capitania e outros documentos que se encontram no Arquivo de Mateus, da Biblioteca Nacional; e o trabalho por mim desenvolvido em Campinas, estudando e publicando matéria relacionada com a participação do Morgado de Mateus na fundação de Campinas.²

Essa minha participação, que não modificou a história, pois esta não se altera ao sabor dos historiógrafos, apenas deu nova versão, graças à documentação apresentada, a fatos relacionados com a história da cidade.

Do simpósio de Bauru, realizado em 13 de agosto de 1984, nas Faculdades Sagrado Coração de Jesus, participou também a historiadora

(1) Quando vereador, o médico campineiro Ataliba de Camargo Andrade propôs que se homenageasse com nome em rua da cidade Morgado de Mateus. Aprovada a medida, a Prefeitura, em vez de atribuir à rua o nome de **Morgado de Mateus** (pelo qual se tornou conhecido em nossa história), denominou-a simplesmente **D. Luís Antônio de Souza**. E ocorreu, ainda, outra anomalia: nas placas da rua (no Jardim Proença) foi omitida a letra "D". ou o título "Dom", a que o homenageado fazia jus. A rua passou simplesmente a ser denominada **Luís Antônio de Souza**, nome inexpressivo e que não identifica o ilustre governador de São Paulo colonial.

(2) Pupo, Benedito Barbosa — *À margem da História de Campinas*, com o parecer da Comissão de Educação e Cultura da Municipalidade sobre o projeto de lei oficializando a data da fundação da cidade, precedido do resumo da marcha do processo. Campinas, 1976. 2ª edição. (A 1ª edição foi promovida pelo Banco do Brasil quando sua agência comemorou o cinquentenário da instalação em Campinas.

Heloisia Liberalli Bellotto, consagrada autora de vários estudos sobre Capitania de São Paulo e o Morgado de Mateus, inclusive sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo sob o título **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**.

Perante audiência interessada e participante, a sessão onde relatei a presença atuante do Morgado nos acontecimentos que culminaram com a ereção, em 14 de julho de 1774, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na paragem então denominada **Campinas do Mato Grosso**, foi para mim muito auspiciosa, porque pude constatar o verdadeiro amor com que Bauru reverencia a memória do restaurador da Capitania de São Paulo, no período pombalino. Bauru, que só recentemente, por ato governamental teve o nome do ilustre fidalgo vinculado à cidade, dá um exemplo a Campinas, que ainda reluta em colocar o nome do Morgado de Mateus no monumento em honra de seus fundadores, na Praça Guilherme de Almeida.

Criado por decreto de 19 de novembro de 1958, somente onze anos mais tarde, quando Bauru, a 1^o de agosto de 1979 completava oitenta e três anos, foi instalado o Museu Histórico-Pedagógico Morgado de Mateus, incluído na categoria de "museus do período colonial", já que o decreto estabelecia três categorias para as instituições do gênero então criadas no Estado de São Paulo: a) período colonial; b) período monárquico; e c) período republicano. Cada um deles têm como patrono uma figura da época (Campos Sales, por exemplo, é patrono do de Campinas).³

Para explicar a vinculação de sua cidade com o Morgado de Mateus, passo a palavra ao Professor Hilário Rosa: "Embora Bauru tenha sido elevado à categoria de município a 1^o de agosto de 1896, pouco mais de três anos após ter sido criado o Distrito de Paz, portanto de povoamento recente, e já do período republicano, os planejadores dessa rede de museus resolveram relacionar o Museu de Bauru com o Morgado de Mateus. A criação dessa rede de museus em São Paulo deve-se principalmente ao Professor Vinício Stein Campos. Escolheu-se esse nome porque a posição geográfica de Bauru está relacionada com as nossas

(3) Em um dos considerandos do decreto 33.980, de 19 de novembro de 1958, lê-se que o museu deve consagrar-se "à reconstituição histórica da cidade em que está sediada, da vida do respectivo patrono e do período histórico-social paulista e brasileiro ligado à atividade política da personalidade que especialmente cultua". Esse ato dispunha sobre a complementação da rede de museus criada pelo Governador Jânio Quadros pelo decr. 30.324, de 10 de dezembro de 1957. Por despacho do Governador Paulo Maluf de 6 de outubro de 1981 foi autorizado convênio entre a Secretaria de Cultura do Estado com a Prefeitura de Bauru para organizar, manter e desenvolver o Museu Morgado de Mateus.

fronteiras ocidentais, máxime as de Mato Grosso. Dadas as preocupações do Morgado de Mateus com a região, justificava-se plenamente tal vinculação”.

Tão logo foi o museu instalado, cogitou-se na cidade de enviar-se a Portugal uma comissão para conhecer o Solar de Mateus, na Freguesia do mesmo nome, distrito de Vila Real, na Província de Trás-os-Montes. Tal comissão teve como coordenadores o professor Hilário Rosa, na parte cultural, e o sr. Roberto Polido Padilha, então presidente do Rotary Clube de Bauru, na parte administrativa. Dos resultados da Comissão, fala o Professor Hilário Rosa: “Em Portugal, tivemos o apoio do Rotary Clube de Vila Real, que usou de todo o seu prestígio e influência para facilitar nosso trabalho. Os dois clubes, o de Bauru e o de Vila Real, declararam-se então clubes irmãos. Uma comissão de rotarianos portugueses composta pelo presidente do Clube de Vila Real, sr. Manuel Gouveia, e os srs. Manuel Simões, Manuel Rebelo Cardona e Adolfo Sequeira, atuou junto ao titular do Solar de Mateus, engº Fernando de Albuquerque, conde de Mangualde. A comissão contou, ainda, com o apoio do embaixador brasileiro em Portugal, Dario de Castro Alves. De Portugal trouxe o Professor Hilário Rosa valioso material para o acervo do museu que dirige: “Como consequência dessa viagem, temos hoje em Bauru um rico acervo relacionado com o Morgado de Mateus: 3678 documentos xerocados, cópias de originais existentes na Casa de Mateus, transformando-se, assim, o museu em depositário de grande importância para o estudo da época e do governo do Morgado, que vai de 1765 a 1775. O “diário” de seu governo é uma das peças mais interessantes do acervo, pois se trata de relato que abrange a atuação de D. Luís Antônio durante cerca de dez anos, como governador (capitão-general) da Capitania.

Visitando o museu de Bauru pude admirar a preciosa coleção ali existente, inclusive a iconográfica, obtida em Portugal. Do acervo iconográfico, destacam-se a coleção de diapositivos com vistas do parque e interior do grande solar e um grande “poster” a cores, do Morgado. Instalado no prédio do Departamento de Águas e Esgotos, o museu abriga, ainda, excelente hemeroteca, na qual figuram coleções de jornais da cidade, destacando-se o acervo que pertenceu ao falecido jornalista José Fernandes, grande estudioso do passado de Bauru. Embora distante do centro, o Museu é muito visitado, constituindo-se em grande atrativo. As construções, situadas em amplo parque e que serviram originalmente para estação de tratamento de águas, estão sendo adequadamente preparadas para atender às exigências de um museu.

CONSCIÊNCIA NACIONAL

Miguel Reale

Não é apenas no plano político que o Brasil está dando sinais incontestes de maturidade, revelada pela autoconsciência de seus problemas e, por conseguinte, do próprio destino, o que lhe confere forças para superar com segurança as maiores adversidades.

A vida de um povo é tecida com os mais conflitantes episódios, desde glórias militares a criações originais no plano das artes e das ciências, mas são as grandes tragédias individuais que vão promovendo a unidade afetiva da Nação, ao longo do tempo, como os suplícios de Tiradentes e Frei Caneca, a prisão do Padre Feijó em sua cadeira de rodas, o suicídio de Getúlio Vargas e, já agora, o drama de Tancredo, cujo valor pessoal, o presidente da Itália, Sandro Pertini, sintetizou numa só palavra: "sabedoria".

Como não alimento a sinistrose dos anunciadores do caos, que, segundo seus falhos vaticínios, resultaria do pleno exercício dos poderes constitucionais por José Sarney, cuja posse plena foi assegurada em momento decisivo de nossa história, vou, hoje, fazer uma pausa em meus pronunciamentos jurídicos e políticos para pôr em relevo o significado de um movimento que, em poucos anos, se entranhou no processo da cultura brasileira, alterando-o de maneira substancial.

Lembro-me que, quando em 1949 levantei a bandeira do Instituto Brasileiro de Filosofia, não só para completar as atividades filosóficas universitárias, mas para promover, dentro e fora das universidades, uma atitude mais ligada às nossas peculiares circunstâncias, houve, em certos círculos, um sorriso de mofa, e fomos apelidados de "filosofantes"... O que se negava, em última análise, era a capacidade da gente brasileira de pensar por si mesma, irremediavelmente fadada a remoer o pensado alhures, com apuro metodológico ou acadêmico, mas sem o risco inerente ao pensamento próprio, em contato natural com as produções européias ou norte-americanas, mas num diálogo consciente de nosso poder criador. Houve mesmo quem repetisse, como verdade assente, que "o brasileiro não tem bossa para a Filosofia"...

Já agora, quem folhear as páginas dos 137 fascículos trimestrais da **Revista Brasileira de Filosofia** e examinar dezenas de teses e monografias, escritos por pensadores nacionais, em todos os domínios da Filosofia, desde a Lógica Matemática até a Metafísica, constatará que os

“filosofantes” souberam se impor nos quadrantes de nossa cultura. Um dos empenhos maiores do Instituto foi a reconstituição de nosso passado mental, com a reedição de obras de nossos pensadores mais significativos, dedicando-lhes análises especiais. A coletânea intitulada pelo nosso saudoso companheiro Luís Washington Vita de **Estante do Pensamento Brasileiro**, além de outras iniciativas similares, atesta o novo interesse que temos pelas nossas coisas.

Nada mais necessário do que essa tomada de consciência dos valores nacionais, não se escrevendo mais **contra** ou **a favor** de Tobias Barreto ou Farias Brito, mas **sobre** o sentido de sua obra, buscando-se identificar algo de próprio mesmo no ato ou na maneira de serem influenciados por filósofos alienígenas, bem como no papel que as teorias estrangeiras passaram a desempenhar no contexto de nossa cultura. Alterado o enfoque crítico, houve surpreendentes descobertas, como a desse atormentado mestiço germanizado que foi Tobias Barreto, enaltecendo a tarefa da cultura como “a arte de ajeitar o rústico da natureza”, e isto, significativamente, no Nordeste, onde a natureza, no dizer penetrante, de José Américo de Almeida, é menos mãe do que madrastra.

Por outro lado, foi vencida outra penosa batalha, no sentido de inserir-se a Filosofia no Brasil (e por que não Filosofia Brasileira ?) nos nossos currículos universitários, não obstante a resistência daqueles que, plantados em seu academismo tradicional, só consideram válidos os estudos dedicados a Santo Tomás, Hegel ou Marx. Felizmente, libertamo-nos dessa alienação teórica, cuidando de nossas próprias experiências em cotejo com o processo das idéias universais, sem o “provincianismo” europeu (e sobretudo francês) que olha do alto para baixo as contribuições filosóficas oriundas da América Latina. Ainda agora, a editora “Presses Universitaires de France”, editando o seu amplo e magnífico **Dictionnaire des Philosophes**, incorre nessa discriminação cultural imperdoável, cortando e reduzindo a valer os verbetes que Antônio Paim e eu dedicamos, a pedido do ilustre prof. Denis Huisman, aos filósofos brasileiros. O resultado é que no referido dicionário, cujos méritos são irrecusáveis, foram alijados, sumariamente, nomes como os de Farias Brito, Alceu Amoroso Lima e Vicente Ferreira da Silva Filho e muitos outros. Como no **Dictionnaire** figuro como colaborador responsável da parte brasileira, ressalvo, incontinenti, que nada tenho a ver com essa mutilação lamentável.

Voltando, porém, ao objetivo essencial deste artigo, saliento que, atualmente, o estudo do pensamento brasileiro figura no currículo da maioria das universidades pátrias, havendo cursos de pós-graduação sobre o assunto, por exemplo, na Universidade Federal de Juiz de Fora ou na Gama Filho, do Rio de Janeiro.

Para demonstrar até que ponto a nova idéia se espraia e vivifica não posso deixar de referir-me a três realizações altamente significativas. Em primeiro lugar, deve ser assinalada a iniciativa de Antônio Paim, com seus dedicados companheiros baianos, os quais, contando com a colaboração preciosa do governo do Estado e de cultos empresários da terra de Rui Barbosa, fundaram no Pelourinho, o **Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro**, que já possui uma biblioteca especializada com mais de 5.000 títulos, além das coleções de periódicos, somente sobre nossos problemas filosóficos e culturais. Esse Centro já publicou dois volumes organizados por Antônio Paim, da obra **Bibliografia Filosófica Brasileira**, o primeiro abrangendo o período de 1808 a 1930, e o segundo que compreende os trabalhos publicados de 1931 a 1980.

Nessa mesma ordem de idéias, lembro os dois tomos preciosos organizados por Geraldo Pinheiro Machado na PUC de São Paulo, num livro cujo título diz tudo: **1.000 títulos de autores brasileiros de Filosofia**, sendo o 1º volume dedicado a livros e capítulos de livros, e o segundo a artigos de periódicos.

Eis aí contribuições inestimáveis, a da Bahia e a de São Paulo, que vêm juntar-se a várias revistas universitárias especializadas em diversos campos filosóficos, além das páginas reservadas à Filosofia em quase todas as publicações oficiais de nossas universidades.

Por fim, desejo referir-me ao convênio que acaba de ser firmado entre o Instituto Brasileiro de Filosofia e a Fundação Armando Álvares Penteado para dinamizar a **Revista Brasileira de Filosofia** com a criação na Capital paulista, de um Instituto Brasileiro de Altos Estudos.

Eis aí como, no meio da crise afetiva, social, econômica e financeira que nos assoberba, encontramos força para transcender as dificuldades presentes, afirmando, em todos os domínios do espírito, a confiança que, apesar de tudo, o Brasil tem em si mesmo.

(Folha de S. Paulo, 21-4-1985).

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Amaral, Pedro Ferraz do — Taylor, o mago da administração. São Paulo, Parma/Brasília, Pró-Memória, 1984. 267p.

A experiência de Pedro Ferraz do Amaral como secretário-executivo do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) e editor da “Revista de Organização Científica” propiciou-lhe enorme familiaridade com a vida e a obra de Frederick Winslow Taylor, patrono da Administração Científica, pelo autor significativamente denominado “mago da Administração”. Seu livro surge num momento em que parece haver quem procure denegrir o alto conceito que cerca o nome de Taylor: “falando em nome de certas teorias modernas, baseadas no incrível desenvolvimento da ciência e da tecnologia, comprazem-se alguns teóricos da Ciência da Administração em considerar ultrapassados os ensinamentos do grande técnico norte-americano e, como tais, não mais merecedores de estudo; crivam de censuras as obras dele, nas quais apontam obsolências e errôneas, insciência e presunção; esquecem-se de que, não fora ele, deduzindo de experiências e tentativas incessantes, princípios e métodos racionais de trabalho, não teria sido possível aos Estados Unidos imporem-se ao Mundo, como se impuseram na paz e na guerra, assegurando-nos esta fase ruidosa de progresso que a humanidade vive”. O autor acompanha a vida de seu biografado, desde a formação, em meados do século passado, e através dos grandes passos que o levaram a fundar e administrar empresas e a enfrentar com sabedoria e pertinácia momentos difíceis da vida de seu país, até o seu falecimento, em 1915. Num capítulo final, trata o autor da Administração Científica no Brasil, ressaltando o pioneirismo de José Bonifácio, “que viria a ser um pioneiro da administração e da política científica, ditando normas de trabalho não apenas aos operários das minas, mas, principalmente, aos da agricultura e silvicultura e, mais que tudo, pugnando pela abolição da escravidão do homem pelo homem”. Ressalta, ainda, os nomes de Victor Freire, Roberto Simonsen, Jorge Street, João Amaral Castro, Antônio Carlos de Assumpção, Batista de Andrade, entre outros. Livro que, à primeira vista pode parecer aos leitores menos avisados pouco interessante (dada a limitação do tema), mas que, elaborado com discernimento, erudição e vivência, não apenas enriquece a bibliografia do autor, como preenche uma lacuna na literatura científica brasileira. A Pedro Ferraz do Amaral, nosso nobre confrade em três Academias, os agradecimentos por nos ter propiciado o conhecimento de seu livro. ONM

Costa Emília Viotti da — Da Monarquia à República: momentos decisivos. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1985. 362p.

Publicado pela primeira vez em 1977 (São Paulo, Grijalbo), reaparece em terceira edição, saudado como “um grande clássico da historiografia brasileira”, o livro de Emília Viotti da Costa. “Através de vários ensaios escritos em diferentes épocas, a autora faz uma profunda análise dos diversos momentos que caracterizaram o processo de transição do Brasil monárquico para o Brasil republicano. A discussão de temas como Independência, a passagem da escravidão ao trabalho livre, as reformas na legislação agrária e a urbanização, entre outros, é sempre permeada por uma preocupação básica: a de entender a fraqueza das instituições democráticas e da ideologia liberal, assim como a marginalização política, econômica e cultural de amplos setores da população brasileira, problemas fundamentais do Brasil contemporâneo.” De fato, andou bem a autora reunindo em volume diversos escritos, publicados originalmente em revistas especializadas, de alcance difícil aos leitores de hoje. É significativo que, tendo sido seus capítulos escritos em épocas diferentes, com objetivos diversos, tenha a autora conseguido dar ao volume o sentido de unidade, sem o qual muito se prejudicaria seu trabalho. Mencione-se que a autora já havia nos legado outro “clássico”: seu estudo sobre o regime de trabalho em São Paulo. Eis os títulos dos dez ensaios que integram **Da Monarquia à República**: Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil; José Bonifácio: mito e história; A consciência liberal nos primórdios do Império; Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos; Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências; Urbanização no Brasil no século XIX; Da escravidão ao trabalho livre; O mito da democracia racial no Brasil; Sobre as origens da República; A proclamação da República. Convém advertir aos leitores menos avisados que título semelhante ao utilizado pela Professora Viotti da Costa foram empregados para titular dois livros importantes de nossa bibliografia histórica, ambos de há muito esgotados e merecendo reedição: o de Evaristo de Moraes e o do professor norte-americano G. A. Boherer. ONM (Cortesia da editora).

Léon Portilha, Miguel — A Conquista da América Latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas. Trad. de Augusto Ângelo Zanatta do original mexicano “El reverso de la conquista”. Petrópolis, Vozes, 1984. 143p.

Divide-se a obra em três capítulos: 1. Memória asteca da conquista; 2. Memória maia da conquista; 3. Memória Quéchua (inca) da conquista. Cada capítulo recebe uma introdução onde o autor fornece uma seqüência dos fatos; fala-nos sobre os testemunhos da conquista e explica o conceito da conquista aos olhos do conquistado. Trata-se de uma antologia de relatos astecas, mais e incas praticamente desconhecidos no Brasil. Destina-se ao grande público e especialmente aos estudantes e estudiosos da problemática histórica e atual da América Latina. Os textos são descrições quase sempre amargas, plenas de desesperança e estupefação diante da tragédia de terem os deuses abandonado seus povos... O Autor não pretende, evidentemente reacender ódios ou posições sectárias (como, aliás, não deve ser esta a finalidade da historiografia). Ao contrário do que muitos pensam e ingenuamente afirmam, à História não compete julgar. Necessária é a análise histórica para que se prepare um projeto para o futuro, descobrindo as forças que atuaram e eventualmente as que continuam atuando. Os povos ameríndios foram literalmente conquistados e não apenas o "seu" território. A acumulação primitiva de capitais promovida na Europa foi, na maior parte, arrancada da exploração da força de trabalho dos índios e dos africanos, aqui escravizados de diversas formas. Os testemunhos dos conquistados começam (tarde, mas ainda em tempo) a ser valorizados pela atual revisão da historiografia latino-americana. Devem ser analisados como peças raras, que efetivamente o são. Afinal, um dos instrumentos da Conquista foi apagar a história dos conquistados. (Nota do Prof. Carlos de Almeida) Cortesia dos editores.

Silva, Marcos A. da (org.) — Repensando a História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, 141p.

Apressa-se o organizador do volume em alertar que todos os autores que nele colaboram "trabalham com História". Com suas experiências. "recuperam nos textos aqui reunidos certa dimensão narrativa e analítica de seu trabalho, dando conta de suas atividades em sala de aula e sugerindo as ricas possibilidades contidas nesse espaço quando ele é enfrentado pela busca do novo. Simultaneamente, discutem o estado atual dos diferentes aspectos da aprendizagem da História — do livro didático à identidade entre pesquisa e ensino, dos projetos oficiais de treinamento de professores a soluções teóricas oferecidas para o que alguns consideram crise do ensino de História". Os autores não recuaram ante a responsabilidade de temas tão complexos. E nas suas 140 páginas, o livro, sem

pretender chegar a soluções que revolucionariam o estudo da História, oferece-nos matéria merecedora de maior reflexão e cuidado. Quer pela relevância do tema, quer pela maneira como foram tratados. Eis porque, embora nem sempre concordemos com tudo o que há no livro, não podemos deixar de recomendá-lo aos estudantes que se preparam para o ensino da História. Seus autores: Olga Brites da Silva, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Eduardo Berardi Jr., Dulce C. A. Whitaker, Izabel Marson, Zita de Paula Rosa, Ricardo Cassanho, Zilda Maria Gricolli Iokoi, Marcos A. da Silva, Kazumi Munakata, Adalberto Marson, Miriam L. Moreira Leite, Carlos Alberto Vesentini, Katia Maria Abud, Sidnei Munhoz e Heloisa de Faria Cruz. Consta o livro de duas partes: 1. **Balances, Perspectivas**; 2. **Experiências**. A primeira com os seguintes capítulos: A vida e o cemitério dos vivos; Ensino da História, da reprodução à produção de conhecimento; O uno e o múltiplo; Reflexões sobre o procedimento histórico; Para que serve a História ensinada nas escolas ? ; Escola e livro didático de História; O livro didático e a popularização do saber; O ensino de História no primário e no ginásio. Capítulos da segunda parte: Ensino por tema; O meio como História; Um trabalho de pesquisa de campo: estudo de uma casa bandeirante; Pesquisa e monografia no ensino de 1º e 2º graus; A História estudada a partir do presente; Trabalhos com textos; Um projeto de renovação do ensino de História. ONM

Yamamoto, Katsuzo — Toda uma vida no Brasil. Trad. de José Yamashiro. São Paulo, Massao Ohno, 1984. 220p.

Katsuzo Yamamoto nasceu em 1909, vindo para o Brasil em 1932. Vale a pena ler a apresentação constante da “orelha” de seu livro de memórias, escrita pelo editor: “Consideramos Yamamoto — empresário, humanista, homem de ação, jornalista — o mais ilustre **ex-japonês** do País. Aos setenta e cinco anos, cinquenta de Brasil, entre as tantas funções que exerceu ou exerce, destacamos basicamente: o estreitamento das relações comerciais entre os dois países; a implantação definitiva do Projeto Cerrado, um sonho seu que vem se afigurando como a solução definitiva para o abastecimento alimentar brasileiro das próximas décadas; e também a criação de uma Fundação, certamente para dar continuidade à complexa gama de funções que vem assumindo com tanta eficácia, principalmente nas últimas décadas. Figura máxima viva da sociedade japonesa local, incontestavelmente, profundo conhecedor da mecânica comercial e industrial, não obstante é na atuação jornalística que a sua presença mais se faz sentir, ao longo de

quarenta anos, seja contando episódios rotineiros ou analisando fatos econômicos e sociais de interesse aos japoneses, então pouco familiarizados com o idioma português. Esta coletânea é uma amostra desse seu desempenho jornalístico, muito bem captada e traduzida por outro jornalista de grande sensibilidade — José Yamashiro, autor, entre tantos livros, da **História dos Samurais**, que, para surpresa nossa, interessou mais aos brasileiros do que aos nisseis e sanseis, ainda um pouco impermeável às coisas do Japão, o que constatamos com muito pesar. Os leitores poderão notar a afabilidade quase paternal no tom dos artigos aqui transcritos, o vigor atenuado pela ternura com que transmite os seus recados, o tom coloquial que imprime às crônicas, mesmo tratando de complexos assuntos econômicos ou políticos. Assim, durante anos seguidos, a sua palavra cordial chegou aos mais distantes rincões, instruindo o mais desassistido lavrador, dando-lhe alento e confiança no porvir. Um homem de tal porte, de inabaladas convicções, já não pode retroceder mais, nem que o queira, pois o seu compromisso não é mais com a vida, mas com a História.” (Cortesia do dr. José Yamashiro).

*

PERIÓDICOS RECEBIDOS

Anuário do Museu Imperial, vol. 42/43, Petrópolis, 1981/1982. **Conteúdo:** Novas sugestões em torno de D. Pedro II (Gilberto Freyre); A filosofia política de D. Pedro II (D. Odilão Moura, OSB); Os timbres nos brasões-de-armas brasileiras do Primeiro e Segundo Reinados (Aristides Monteiro); Evolução do sistema eleitoral no Império (Vicente Barreto); Duas visitas de D. Pedro II ao sul de Minas (Hilton Federici); Estudo grafológico da personalidade de D. Pedro II (Odete Serpa Levy). Notícias de 1981/82.

Comunidade Diocesana, nº 46, jan./abril de 1985. Órgão da diocese de Valença RJ, vem este número todo consagrado à comemoração do 60º aniversário da criação da diocese; contém notas biográficas dos cinco antecessores que até agora ocuparam o sôlo valenciano: Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1925-1936), Dom Renato Pontes (1938-1942), Dom Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena (1942-1960), Dom José Costa Campos (1960-1980) e Dom Amaury Castanho, que desde 1980 encontra-se à frente da importante diocese. É-nos grato evocar a figura de Dom Amaury, campineiro e durante muitos anos professor de nossa Universidade Católica; nomeado primeiramente bispo auxiliar de Sorocaba, foi, posteriormente designado para Valença, em cuja diocese vem realizando importante obra religiosa e social. (Cortesia de Dom Amaury Castanho).

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

Estudos Ibero-Americanos, vol. X, nºs 1 e 2, julho e dezembro de 1984. **Sumário do nº 1:** Aspectos filosóficos da cultura (Urbano Zilles); História: a polissemia de uma palavra (Guilherme Pereira das Neves); Aparência e realidade social no Brasil: o caso de Teutônica (Cleci Eulália Favaro Krein); Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul (René E. Gertz); A produção artística no Brasil no período colonial e no século XIX (Icleia Maria Borsa Cattani); O Rio Grande do Sul no cenário brasileiro durante o Segundo Reinado (Artur César Isaia). **Sumário do nº 2:** Uma incursão pela heurística (João José Planella); O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina (Carlos Humberto P. Corrêa); Conflitos coloniais e as Missões: uma avaliação das estruturas sócio-econômicas do Paraguai, séculos 16 e 17 (Erneldo Schallenger); O teatro insólito de Corpo Santo (Moacyr Flores); A arquivologia e a administração pública (Eni P. Barbosa); Sistema educacional como reflexo da cultura brasileira (Núncia Maria Santoro de Constantino).

História: Questões & Debates ano 5, nº 8. Publicação da Associação Paranaense de História. Curitiba, junho de 1984. **Sumário:** Tempo de família e tempo histórico (Tamara K. Hareven); Etnia, estratégia política (Anamaria Aimoré Bonin e Elisabeth Frolich Mercadante); Construção de gráficos e linguagem visual (Jayme Antônio Cardoso); Formação do trabalhador assalariado urbano (Déa Ribeiro Fenelon); Estruturas agrárias no norte do Paraná (Francisco Moraes Paz); Estudos de população na França (Alain Bideau); O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX (Carlos Roberto Antunes dos Santos); Avaliação da pesquisa histórica no país (Altiva P. Balhana); notas de leitura, noticiário.

Revista de História, nº 114, janeiro-junho de 1983. Departamento de História da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (Kátia M. de Queirós Matoso); População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança: a Província de São Paulo no final da época colonial (Maria Luiza Marcílio); Mulheres sem história (Maria Odila Leite da Silva Dias); Ato Institucional e unidade nacional (Aldo Janotti); A participação política da mulher no início da industrialização em São Paulo (Zuleika Alvin); O cosmopolitismo pacifista da **Belle Époque**: uma utopia liberal (Nicolau Sevcenko); A literatura polêmica judaico-cristã na Idade Média (Nachman Falbel); Las variables demográficas en una economía de exportación: el ejemplo del Valle Central de Costa Rica (Héctor Pérez Brignoli); Sobre escravidão no Império Romano (Glória Portal). Resenhas e críticas, noticiário, etc.

Revista do Instituto do Ceará, número especial comemorativo do centenário da abolição dos escravos no Ceará. Fortaleza, 1984. **Sumário:** Abolição, um ato de fé ! (Tacito Theophilo); A Declaração (Raimundo Girão); O centenário da Abolição em Pacatuba (Manuel Albano Amora); A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX (Pedro Alberto de Oliveira); Elementos para o estudo da escravidão no Ceará (Guarino Alves); O abolicionista Studart (Raimundo Girão); O Rio Grande do Sul e a abolição dos escravos no Ceará (F. Riopardense de Macedo); A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará (Fernando Câmara) A extinção da escravatura na Província do Ceará (J. Marcelo Alcântara Pinto); Félix de Souza, o antiescravista esquecido (Eduardo Campos). Documentário.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vols. 339, 340 e 341. Rio de Janeiro, 1983. **Sumário do vol. 339. abril/junho de 1983:** Política econômica do Segundo Reinado (Mircea Buescu). O Rio de Janeiro e suas dúvidas (Roberto Macedo); D. Pedro I e a Princesa da Holanda (Egon e Frieda Wolff); Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do Exército (Cláudio Moreira Bento); O que a América Portuguesa deu ao mundo (Pedro Calmon); A História e as novas condições do pensamento científico (Paulo Werneck da Cruz); A vida do Padre Anchieta (Pe. Hélio Abranches Viotti); General Francisco Jaguaribe de Matos (José Honório Rodrigues); Centenário do Motim do Vintém (Mircea Buescu); Atualização da Informática Francisco Ruas Santos); Fora Magalhães o primeiro a entrar no Estreito ? (Vera Jane Gilbert); A Antártida e sua importância para o Brasil (Aristides Pinto Coelho); Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu (Vicente de Paulo Vicente de Azevedo); Correspondência de Mareschal; Bibliografia, noticiário, etc. — **Vol. 340. julho/setembro de 1983:** Forte S. Francisco Xavier de Piratininga (Cláudio Moreira Bento); O primeiro comandante da Imperial Guarda de Honra, Antônio Leite Pereira da Gama Lobo (Francisco Canavarro de Valadares); Dicionários históricos (Francisco Ruas Santos); Iconografia de Caxias (idem); Comemoração do descobrimento do Brasil (Pedro Calmon); Getúlio Vargas: verso e reverso de um estadista (A. Teixeira Soares); O Velho Testamento na geografia brasileira (Frieda Wolff); Saudação a Marcos Almir Madeira (Pedro Calmon); Do fundo do tempo (Marcos Almir Madeira); Tratado de paz entre El-Rei D. João V, de Portugal, e Felipe V, de Espanha, assinada em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715 (Marcos Carneiro de Mendonça); Saudação a Clarival do Prado Valadares (Gilberto Ferrez); Bicentenário da instalação da Real Feitoria do Linhocênhamo do Rincão do Canguçu (Cláudio Moreira Bento); Da utilidade dos estudos teóricos nos Institutos Históricos (Paulo Werneck da Cruz); Uma obra pouco conhecida de D. Pedro II (Egon Wolff); Renato Almeida (Vasco Mariz); Bolívar (Umberto Peregrino, Clero e criminosos (Mons. Guilherme Schubert); Saudação a Pedro Calmon na Biblioteca do Exército (Jonas Corrêa); Discurso de posse na Biblioteca do Exército (Pedro Calmon); Clarival (Josué Montello); A fundação da paróquia de São Pedro do Rio Grande (Mons. João Maria Balém); Correspondência de Mareschal; noticiário. — **Vol. 341, outubro/dezembro de 1983:** A Heráldica na numismática brasileira (José Andréa); Cronologia do general de Napoleão, Conde Dirk van Hogendorp (Roberto Macedo); Comemoração do cinquentenário da Revolução de 1930 (Barbosa Lima Sobrinho); Crônica da Revolução de 1930 (Umberto Peregrino); Oswaldo Aranha e a Revolução de 1930 (Ruben Rosa); A Revolução de 1930: a razão do seu desencadeamento, exemplo da nova orientação na formação técnica do povo (Edmundo de Macedo Soares e Silva); Um pródromo de outubro de 1930; Clodoaldo da Fonseca e o Cinco de Julho de 1922; alguns comentários sobre a Revolução de 1930; uma consequência do “Ciclo de Vargas” (Roberto Piragibe da Fonseca); Cinquentenário da Revolução de 1930 (Fernando Monteiro); A Revolução de 1930 na Paraíba (Horácio de Almeida); 5ª Reunião do Conselho Interamericano de Cultura (Pedro Calmon); Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada (Pedro Calmon); Análise e indexação da “Revista” (Francisco Ruas Santos); Atualização dos Institutos Históricos (idem); Correspondência do Barão de Mareschal; noticiário.

Revista do Museu Paulista nova série, vol. 29. São Paulo, 1983/84. **Sumário:** Brito, o mais antigo sítio arqueológico do Paranapanema (Águeda Vilhena Vialou); Os Solimões ou Jurimáguas: território, migrações e comércio intertribal (Antônio Porro); Un nouveau site rupestre au Mato Grosso: l'abri Ferraz Igreja (Denis Vialou); Curt Nimuendaju: aspectos de sua vida e de sua obra (Exedito Arnaud); Camponeses ou operários? o significado da categoria "colono" numa situação de mudança (Giralda Seyferth); Ciclos nas práticas de nomeação Kaiapó (Gustaaf Verswijver); Flutuações do nível marinho nos últimos milênios e evolução das planícies costeiras brasileiras (Kenitiro Suguio); Ocupação pré-histórica das restingas, litoral de Cabo Frio e Niterói, Rio de Janeiro (Lina Maria Kneip); Prassévichus: aldeia pré-histórica no município de Itaberá, SP (Luciana Pallestrini e José Luiz de Moraes); Estudo do Sítio Prado, um sítio lito-cerâmico colinar (Márcia Angelina Alves); Níveis e categorias com vistas a uma classificação preliminar de abrigos com arte rupestre (Sílvia Maranca); o acervo Guarani do Museu Paulista: contribuição para uma classificação sistemática (Antônio Sérgio Azevedo Damy).

NOTICIÁRIO

RUY MARTINS FERREIRA

Pouco antes da virada do ano passado, falecia em Campinas, aos 27 de novembro, com a avançada idade de 95 anos, Ruy Martins Ferreira, ilustre figura que a cidade inteira conheceu por seus trabalhos literários. Lente renomado do tradicional Ginásio do Estado, ali perlustrou a cadeira de Desenho, como hábil artista que era. Lecionando naquela casa de ensino no tempo em que a paisagem de Campinas era, nos versos do autor, "seis meses de vento e seis meses de ventania", conviveu com grandes nomes das letras campinenses: Carlos F. de Paula, Anibal de Freitas, Castro Nery, Paulo Décourt, Alcindo Muniz de Souza, onde se impôs desde logo à consideração de seus pares, de 1920 a 1933, quando passou a exercer o cargo de professor do Ginásio do Estado da Capital, para onde se mudou e, mais tarde aposentado, viveu a maior parte de sua vida estudando os costumes do povo.

Dotado de imaginação fecunda, que só os artistas têm, escreveu para os jornais do interior, com o pseudônimo de **Martim Ruiz**, muitos artigos, contos e novelas. Com grande cultura e sensibilidade artística, estudioso que era de nossas coisas, enfeixou no livro **À sombra dos jequitibás**, diversas crônicas gostosas de serem lidas e que nos encantam por sua maneira fluente de se expressar.

Como poeta, também, da época de 1922, Ruy Martins Ferreira foi companheiro da efervescência literária da geração de Aristides Monteiro, Miguel Cione, João de Souza Ferraz, Alvarito Miller, Helvídio Gouvêa, Ivan Chaverin, Hugo Werneck de Castro, que firmaram os seus talentos nas páginas da velha "Gazeta de Campinas". Sua lira invejável voltaria a aparecer, para gáudio dos amantes da poesia, pouco antes de morrer, no jornal "Letras da Província", a pedido do professor João de Souza Ferraz, um dos seus diletos amigos, para quem ilustrou a capa e os personagens do romance **Aguapés flutuam na Ribeira**. Com sua pena mágica, de autêntico, hábil e vigoroso artista, em traços firmes que encantam os olhos, deu mais vida ainda àquele fascinante livro que retrata fielmente a vida da gente ribeirinha do litoral Sul-paulista. (de um artigo de Edmo Goulart, em "Letras da Província", de março do corrente ano). De nossa parte, acrescentamos que Ruy Martins Ferreira foi membro honorário da Academia Campinense de Letras e a ele se deve, também, as ilustrações do livro **Oito bananas por um tostão**, crônicas do passado campineiro de Benedito Barbosa Pupo.

A MORTE DE UM VENERANDO GENERAL

Foi com bastante atraso que vim a saber do falecimento do venerando general Raul Silveira de Melo, uma das mais destacadas figuras da historiografia militar brasileira, que desapareceu aos 25 de julho do ano passado, na proecta e excepcional idade de cento e dois anos. Diversas vezes dele me ocupei nesta revista e em jornais, a última das quais justamente para registrar seu glorioso centenário. Guardo, com muito carinho, algumas cartas suas, escritas já depois dos cem anos, com a letrinha trêmula, mas a revelar espírito lúcido e indagador de coisas que nos eram comuns.

Gáucho de Cruz Alta, foi entretanto sobre Mato Grosso que versou toda a sua vasta obra histórica: as biografias de Ricardo Franco e Antônio João, a história do Forte Coimbra, os estudos sobre Corumbá, Albuquerque e Ladário e a monografia sobre Francisco Rodrigues do Prado. De quase todos os seus livros tive oportunidade de me ocupar quando apareceram, o que veio a propiciar feliz ensejo para uma assídua correspondência.

A esse homem extraordinário, "Soldado e Homem de Fé", como ele se intitulava, mas igualmente "Um homem do dever", como o preferi chamar, outorgando-lhe o epíteto que ele deu a um dos seus biografados, o Departamento de História de nossa Universidade prestou significativa homenagem, dedicando-lhe todo um número desta publicação, no início de 1978, gesto que deveras o sensibilizou. Contém esse volume, além da reprodução de diversos artigos sobre seus livros, uma seleção de seus escritos, que constitui excelente amostra de suas qualidades de historiador. ONM

*

REAPARECIMENTO DA 'REVISTA DE HISTÓRIA'

Durante 27 anos publicou-se em São Paulo, trimestralmente e com absoluta regularidade, a **Revista de História**, fundada e dirigida pelo professor Eurípedes Simões de Paula. Tomou-se inegavelmente a mais importante publicação de natureza histórica existente no Brasil e uma das melhores do mundo. Extremamente liberal, sem se prender a determinados modelos ideológicos, com suas páginas sempre abertas a todos os que tivessem alguma contribuição a dar aos estudos históricos, impôs-se em todos os círculos de historiadores e professores de História do Brasil e do mundo. O responsável por esta publicação orgulha-se de ter sido um dos

colaboradores da revista desde o primeiro número, em 1950, e de ter mesmo, por muito tempo, integrado sua Comissão de Redação. O trágico desaparecimento de Simões de Paula em acidente de trânsito, em novembro de 1977, deixou-nos temerosos quanto à sorte da revista. Mais dois números (111 e 112) foram publicados, pois já haviam sido preparados pelo seu diretor, embora este não chegasse a vê-los. Depois, uma “cortina de silêncio” caiu sobre a importante publicação.

Soube-se que, por disposição da família, a revista deveria ser entregue ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, ao qual o saudoso professor esteve sempre vinculado. Mas, nada mais se falou sobre o assunto durante sete anos. Eis que, agora, sete anos depois, reaparece a **Revista de História**, de fato editada pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo e conservando o mesmo formato e idêntica apresentação. Conteúdo em nada desmerecedor dos volumes anteriores, só se deseja que tenha prosseguimento, levando avante a grande iniciativa de Eurípedes Simões de Paula.

Apenas duas falhas, do ponto de vista bibliográfico: o novo número aparece como 114 e não 113, como deveria ser. A explicação para o “salto” não convence: a matéria que deveria constar do número 113 já fora publicada no volume “em memória” do professor Simões de Paula, editado no ano passado; ocorre, entretanto, que nesse volume não há nenhuma referência à circunstância de poder ser ele considerado o número 113 da “Revista”. E a explicação conclui, melancólica e absurda: “Por isso não haverá o nº 113 da **Revista de História**”. Errado. muito errado. Segunda falha: se a **Revista** se apresenta como “nova série”, deveria começar numeração nova e não continuar a que vinha sendo publicada.

Entretanto, tais lapsos, que poderiam perfeitamente ter sido evitados para que ela se apresentasse bibliograficamente mais correta, em nada diminuem o valor do empreendimento que há de encher de júbilo historiadores e professores de História que não poderão ficar indiferentes ao ressurgimento da importante publicação. Na seção “Registro Bibliográfico” do presente número os leitores encontraram o sumário da matéria pública em o nº 114 da **Revista de História**.

*

FALECIMENTO DE PAUL ARBOUSSE BASTIDE

Quando da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, na missão de professores franceses contratados pelo governo do Estado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, veio um Bastide — Paul Arrousse Bastide — professor de Sociologia e de Ciência Política. Três

anos mais tarde, numa nova missão de professores franceses, veio outro Bastide — Roger Bastide — também professor de Sociologia, e sem nenhum parentesco com o outro. Como este fosse baixinho e aquele bem alto, os estudantes não tiveram dúvida: apelidaram-nos de “Bastidão” e “Bastidinho” Roger Bastide (o “Bastidinho”:) viveu quase vinte anos entre nós, tornando-se, talvez, a maior autoridade estrangeira em temas de cultura brasileira. Além da imensa obra que deixou, formou significativa escola de sociólogos que hoje pontificam entre os vanguardeiros dessa área de estudos. Faleceu em 1974.

Agora, vem de falecer o “Bastidão”. Paul Arbousse Bastide permaneceu menos tempo entre nós, mas prestou assinalados serviços ao Brasil, como uma espécie de “adido cultural” de nosso País em França. Raro o professor ou estudante brasileiro de passagem por Paris que o não procurasse. Voltou algumas vezes ao Brasil, a última das quais no ano passado para as comemorações do cinquentenário da Universidade que ele ajudou a fundar.

Arbousse Bastide esteve em Campinas provavelmente mais de uma vez, mas de uma me lembro particularmente, pois tive o privilégio de acompanhá-lo. Veio a convite do Seminário Presbiteriano, a fim de proferir conferência na entidade, então localizada nos altos da rua Doutor Quirino. Diga-se de passagem que Arbousse Bastide era de uma tradicional família calvinista, sendo, se não me engano, filho de pastor e ele próprio formado também em teologia. O tema de sua conferência foi **A desvalorização do homem no mundo contemporâneo** e, conservo, ainda, em minha biblioteca o folheto em que ela foi publicada, editado por uma antiga associação de estudantes evangélicos, em tradução do saudoso Lívio Teixeira e prefácio de Jorge Goulart, não o cantor, mas um grande pastor presbiteriano, na época professor do tradicional Seminário de Campinas. Tive oportunidade de reler, há pouco, sua conferência, ainda hoje, cinquenta anos transcorridos, valiosa pelos conceitos, todos de suma atualidade.

Mais afeito a falar que a escrever, Arbousse Bastide não deixou obra volumosa. Todavia, a notícia de seu falecimento registra a publicação, já no ocaso de sua existência, de dois livros, um sobre o positivismo e outro sobre a educação na obra de Augusto Comte. Eis um nome que a cultura brasileira não poderá esquecer. É com profundo sentimento que aqui o evoco. Odilon Nogueira de Matos.

*

*

*

UM POUCO DE MÚSICA

27. A MÚSICA NO BRASIL VISTA POR DARIUS MILHAUD (1920)

É lamentável que todos os trabalhos de compositores brasileiros desde as obras sinfônicas ou de música de câmara de Nepomuceno e Oswald até as sonatas impressionistas ou as obras orquestrais de Villa-Lobos (um jovem de temperamento robusto, cheio de ousadias) sejam um reflexo das diferentes fases que se sucederam na Europa de Brahms a Debussy e que o elemento **nacional** não se exprima de maneira mais viva e mais original. A influência do folclore brasileiro, tão rico de ritmos e duma linha melódica tão particular, faz-se sentir raramente nas obras dos compositores cariocas. Quando um tema popular ou o ritmo de uma dança é utilizado numa obra musical, esse elemento indígena é deformado porque o autor o vê através dos olhos de Wagner ou de Saint-Saens, se ele tem sessenta anos, ou dos de Debussy, se tem apenas trinta. Seria desejável que os músicos brasileiros compreendessem a importância dos compositores de tangos, de maxixes, de sambas e de cateretês como Tupinambá ou o genial Nazareth. A riqueza rítmica, a fantasia indefinidamente renovada, a verve, a vivacidade, a invenção melódica de uma imaginação prodigiosa, que se encontram em cada obra desses dois mestres, fazem deles a glória e a preciosidade da Arte Brasileira. Nazareth e Tupinambá dominam a música de seu país como essas duas grandes estrelas do céu austral (Centauro e Alfa do Centauro) dominam os cinco diamantes do Cruzeiro do Sul.

(Darius Milhaud, *Brésil*, em "La Révue Musicale", nº 1, nov. 1920, apud Wisnik, José Miguel — *O coro dos contrários: a música em torno da Semana de 22*, p. 45. São Paulo, Duas Cidades/Secretaria da Cultura, 1977).

*

"UN CHE FA VERSI..."

"Un che fa versi... e promette molto" — eis como Fléville apresentou o jovem poeta André Chénier no aristocrático e requintado salão da Condessa de Coigny, logo no início da conhecida ópera de Umberto Giordano. Estava-se nos estertores do "Ancien Régime", quando toda a França era como um vulcão já entrado em erupção, tomando instáveis estruturas sociais que predominavam havia séculos. Poeta revolucionário, eis como de início se revela o jovem e galante Chénier e como o demonstram os versos que, a pedido, declama em louvor do amor, não o amor como o esperavam seus gentis e aristocráticos ouvintes, mas o amor à

pátria, à liberdade, ao povo sofredor. Todavia, com todo o seu ideal revolucionário, não aceitou tranqüilamente os excessos da Revolução Francesa, verberando-os pelos seus versos e pelas colunas de seu jornal. Escondeu-se após a prisão de Luís XVI, mas foi descoberto e encarcerado. Caído, assim, em desgraça perante o Tribunal Revolucionário, foi condenado e morto na guilhotina, em 1794. *

A ópera do Giordano, sobre texto de Luigi Illica, estreada em Milão, em 1896, fixa o momento psicológico vivido pelo poeta à medida que se desenvolve o processo de sua condenação. Seu amor por Madalena de Coigny, que consegue tomar o lugar de uma condenada para poder morrer junto com seu amado (“La nostra morte è il trionfo dell’amore”), constitui uma das cenas mais bonitas da lírica italiana e só este final bastaria para justificar a popularidade da ópera. Aliás, em **Andréa Chénier** conseguiu Giordano algumas caracterizações perfeitas, em termos de ópera: o velho Gérard, que havia sessenta anos servia os Coigny (“son sessant’anni...”), e que, por graças da Revolução, se vê arvorado em juiz de seus antigos amos; a velha Madelon, cujo filho morrera na tomada da Bastilha e agora vem sacrificar no “altar da Revolução” o seu neto — l’ultima goccia del mio vecchio sangue... —, o qual, embora ainda uma criança, ela crê já em condições de “combattere e morire”; as cenas do Tribunal Revolucionário, entre outras.

De fato, não é à toa que Umberto Giordano (1867/1948), tendo escrito pelo menos meia dúzia de óperas (**Fedora**, **Sibéria**, **O Rei**, **Marcella**, **Madame Sans-Gêne**, entre outras), seja lembrado hoje apenas por **Andréa Chénier**, que continua presente nos cartazes das temporadas líricas do mundo todo e tem constituído, pelo seu “papel-título”, peça favorita dos maiores tenores do mundo. Teve em Gigli, como tem hoje em Franco Corelli, seus maiores intérpretes. É incontestável sua superioridade sobre todas as outras óperas de Giordano. Não é por acaso que isto acontece. Ocorre-me velho provérbio inglês: “Only the great perdures”. Odilon Nogueira de Matos.

*

O CACHORRINHO DO GRAMOFONE

“His Master’s Voice”, para os ingleses; “La Voix de son Maître”, para os franceses; “La Voce del Padrone”, para os italianos; “Die Stimme seines Herrn”, para os alemães; “A Voz do Dono”, para nós... Tudo isto para caracterizar o simpático cachorrinho, com a cabecinha levemente inclinada, ouvindo atentamente, ao gramofone, a “voz do

dono”. Talvez não haja no mundo marca comercial mais conhecida ou pelo menos mais simpática do que essa.

O famoso cachorrinho tem nome. Chama-se Nipper. Seu dono, o pintor londrino Francis Farraud pintou-o num quadro que interessou a uma firma fonográfica, logo que os discos começaram a aparecer. Mas, para que isto acontecesse, desenrolou-se verdadeira história, que, há pouco, foi relatada pelo dr. Carlos Gonzalez num dos seus excelentes comentários sobre discos publicados aos domingos no “Diário Popular”, de São Paulo. Mas, de uma maneira ou de outra, “Nipper está sempre presente conosco”, diz o dr. Gonzalez, pois não há discófilo no mundo que não o preze, especialmente quando “sua alma se reencarna” em magníficas gravações como as que costumam ser lançadas pela firma, hoje sua proprietária.

Aliás, o comentário do dr. Carlos Gonzalez, a que estou me reportando, veio justamente a propósito de uma excelente coleção de dez discos, “com dez novas e extraordinárias poses do Nipper” nas capas, sob o título genérico de “Os 120 clássicos preferidos do Nipper”. E certamente Nipper haveria de gostar da coleção, “porque cada volume é dedicado a um país ou a uma região, em que os característicos podem ser apontados e imediatamente reconhecidos”.

A coleção começa com o Brasil, seguindo-se Alemanha, Itália, Estados Unidos, França, Escandinávia e Finlândia, Balcãs, Rússia, Espanha e América Hispânica e Áustria. Nipper haveria, ainda, de gostar da seleção — comenta o dr. Gonzalez — “que não tem os característicos de um programa, de seguir um concerto, ou mesmo de ter o mais excepcional no campo da música”. Peças ligeiras, de fácil receptividade mesmo ao ouvinte não familiarizado com a música, mas todas elas dos compositores mais representativo dos países indicados. Tanto que o êxito da coleção foi enorme, esgotando-se rapidamente.

Apenas uma lacuna, para mim imperdoável: por que não se incluiu um disco dedicado à Inglaterra, que, afinal, é a “pátria” do cachorrinho? E quanta coisa de autores ingleses se enquadraria magnificamente no espírito da coleção! Ou será que Nipper não gosta da música de seus compatriotas? É claro que isto não desmerece o interesse o brilho de mais esta realização de Maurício Quadrio. ONM.

*

*

*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (24)

GLÓRIA ETERNA AOS FUNDADORES DA MOGIANA

Durante mais de meio século, os passageiros dos trens da velha **Mogiana**, chegando ou saindo de Campinas, passavam junto a um monumento localizado no pátio de manobras, bem próximo às oficinas da grande empresa, pouco após a saída da estação. Dada a localização do monumento, em área privativa de funcionários da ferrovia, poucos tinham oportunidade de nele reparar. Talvez por isto a Prefeitura, em entendimentos com a ferrovia, entendeu de transferi-lo para um logradouro público, próximo à estação e conhecido por “Praça dos Ferroviários”. Neste novo local, foi o monumento inaugurado em 2 de dezembro de 1971. Não teve melhor sorte que no local primitivo. Neste, pelo menos estava confiado aos cuidados dos trabalhadores da ferrovia; na praça pública, ficou na dependência do descaso, comum entre nós, pelos monumentos cívicos. A praça, com o tempo, foi abandonada, o mato tomou conta dela e, hoje, mal se pode ver o histórico monumento. Não faz muito, a imprensa local ocupou-se do assunto, invectivando os poderes públicos pelo abandono da chamada “Praça dos Ferroviários” e do monumento que ali se encontra.

Mas, que monumento é esse ? Foi erigido para comemorar o 25º aniversário do início da construção das linhas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Registre-se que a inauguração do primeiro trecho da Mogiana, de Campinas a Mogi-Mirim, ocorreu a 27 de abril de 1875, em cerimônia que contou com a presença dos Imperadores D. Pedro II e Dona Teresa Cristina.

O monumento, inaugurado em 2 de dezembro de 1897, assim se descreve: sobre uma base de cimento eleva-se uma coluna dórica de ferro, ostentando no alto uma estátua de bronze representando a indústria, constante de uma figura de mulher tendo ao lado uma engrenagem e, aos pés, um martelo. Encrustado na coluna há um escudo de cobre com o nome da Estrada e as datas 1872-1897 (fundação da ferrovia e inauguração do monumento). Quatro grandes placas de ferro estão embutidas na base e contém os seguintes dizeres: na da frente, “Glória eterna aos fundadores da Companhia Mogiana”; na do lado oposto: “A 2 de dezembro de 1872 foi cravada a primeira estaca da via férrea Mogiana pelo dr. Manoel da Silva Mendes, sendo engenheiro-chefe o dr. Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Salve ! 2 de dezembro de 1897, XXV aniversário”. As outras duas trazem

os nomes da primeira diretoria e os da diretoria da época da ereção do monumento. Naquela: Presidente, Antônio Queiroz Teles; diretores, Francisco Egídio de Souza Aranha, Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, Coronel Joaquim Quirino dos Santos e Antônio Manoel Proença. Na outra: Presidente, Francisco de Sales Oliveira Júnior; diretores, Bento Quirino dos Santos, Barão de Ibitinga, Carlos Norberto de Souza Aranha e Manoel Gomes. Ao meio da coluna, um lindo escudo de cobre com a inscrição "Companhia Mogiana, 1872-1897"; por detrás, um artístico ramo de café. Mede o monumento 6,50m de altura.

Em 1972, quando já se encontrava o monumento no novo local, foi-lhe acrescentada uma placa com os dizeres: "Homenagem dos ferroviários no centenário da Companhia Mogiana."

*

*

*

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

A REVOLUÇÃO DE GOÍANA
(Mena Calado)

As nossas ambições eram trabalhar em benefício do povo, da humanidade e da razão: temos dado ao mundo uma prova do nosso patriotismo e das nossas idéias liberais. Nenhum sentimento sórdido nos moveu, nem ainda quanto a mim houve intenção até hoje de recorrer ao Soberano indenização de despesas; nem mesmo condecoração alguma, quando elas eram espalhadas ao vento e que assim couberam a quanto bicharoco as quis arrebatat. (...)

É bem simples recordar o movimento a que deu lugar a revolução de Pernambuco de 1821. Por efeito dela aniquilou-se o sistema do cordão-sanitário, (assim era designado o cerco das tropas portuguesas em torno do Brasil); por efeito dela deixaram de mandar de Portugal mais tropas para reforçar àquelas aqui existentes; por efeito dela, em vez de saírem daqui tropas auxiliares, a favor e em reforço do general Madeira, saíram sim para o debelar como galhardamente o fizeram; por efeito dela, não se realizou o oferecimento feito por Luís do Rego dos seus doze mil homens a El-rei D. João VI, e também deixaram-se de sustentar as tropas portuguesas que se achavam nas províncias do sul.

Estas recordações provam que a revolução de Goiana, mesmo quando não tivesse em vista preparar o grande ato da independência, teve ao menos a glória de iniciar os meios indispensáveis para elevar o Brasil a nação independente. (...)

Na hipótese de uma guerra do Norte do Brasil com as províncias do sul, foi que pela primeira vez vi ventilar-se a cisão do Brasil pelo rio São Francisco, porém esta idéia não teve concurso senão de duas vozes, que foram substituídas pela necessidade da declaração da independência de Portugal, e que todos nós antevíamos mais ou menos próxima.

(Felipe Mena Calado da Fonseca, **Movimento revolucionário de Goiana**, Recife, Tip. Mercantil, 1873; reimpr. Rev. Inst. Arqueol. Hist. e Geogr. Pernambuco, v. 13, nº 71, pp. 5/69. 1908. Apud, Waldemar Valente, **Antecipação de Pernambuco no movimento da Independência**, p. 183. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1974. (Série "Estudos e Pesquisas", v. 2).

O COMÉRCIO FENÍCIO EM TIRO (Ezequiel)

Tiro, tu és um navio de perfeita beleza !

O coração do mar é a tua fronteira,
teus construtores aperfeiçoaram tua beleza.

Com ciprestes de Sanir construíram inteiramente teus
costados.

Escolheram cedros do Líbano para fazer sobre ti o mastro.

De carvalhos de Basã fizeram teus remos.

Tua ponte era de marfim encrustado em cedro das ilhas de
Cetim.

Tuas velas eram de vinho colorido do Egipto para te servirem de
estandarte.

Tua cabana era de púrpura violácea das ilhas de Elisa.

Habitantes de Sidônia e de Arvad eram teus remadores.

Homens experientes de Semer havia em ti como teus
marinheiros.

Os anciãos e sábios de Gebal estavam em ti como reparadores de
tuas fendas.

Todos os navios e marujos do mar estavam em ti para
comercializar tuas mercadorias.

Gente da Pérsia, da Lídia e Líbia serviam como soldados em
tua armada, penduravam em ti escudos e capacetes e te davam prestígio.

Habitantes de Arvad e teu exército vigiavam as muralhas e os
de Gamad estavam em tuas torres. Suspendendo os escudos ao redor das
muralhas, davam-te um toque de beleza. Társis negociava contigo por causa
da abundância de teus bens, prata, ferro, estanho e chumbo em troca de
tuas mercadorias. Javã, Tubal e Mosoc mantinham comércio contigo,
fornecendo escravos e artefatos de bronze em troca de teus artigos. Em
troca de tuas mercadorias forneciam-te cavalos, corcéis e mulas de
Bet-Togorma. Os habitantes de Rodes mantinham comércio contigo. O
comércio de numerosas ilhas estava em tuas mãos. Em troca te pagavam
dentes de marfim e ébano. Edon negociava contigo, devido aos teus muitos
artigos, granada, púrpura, tecidos bordados, linho fino, corais e rubis, em
troca de tuas mercadorias. Judá e o país de Israel comerciavam contigo,
fornecendo trigo de Minit, mel, azeite, e bálsamo em troca de teus artigos.
Damasco negociava contigo, devido aos teus muitos artigos e numerosos
bens, vinho de Helbon e lã de Saar. Dã e Javã pelas tuas mercadorias te
forneciam ferro forjado de Uzal, cássia e cana aromática, em troca de teus
artigos. Dadã mantinha comércio contigo com arreios para selar cavalos. A
Arábia e os príncipes de Cedar dependiam de teu comércio. Contigo

negociavam cordeiros, carneiros e bodes. Os mercadores de Sabá e Regma negociavam contigo, fornecendo os melhores bálsamos, pedras preciosas e ouro em troca de tuas mercadorias. Harã, Quene, Éden e os mercadores de Sabá, a Assíria e toda a Média mantinham comércio contigo: Eles negociavam contigo esplêndidos vestuários,* mantos violáceos, tecidos bordados, tapetes coloridos e cordas firmemente trançadas, que tinhas em teu estoque. Navios de Târsis formavam tuas caravanas comerciais.

Estavas bem abastecida e rica em pleno oceano.

Em alto mar te conduziam teus remadores, mas o vento oriental desmantelou-se no coração dos mares.

Tua opulência, mercadorias e artigos, teus marinheiros e tua tripulação, teus reparadores de fendas, mercadores e guerreiros que estiveram contigo, com toda a multidão que houver dentro de ti, afundarão em pleno mar quando naufragares.

Ao clamor dos gritos da tripulação, as várzeas do litoral tremerão.

Descerão de seus navios todos os que manejam remos.

Marinheiros de todas as tripulações marítimas permanecerão em terra.

Por tua causa farão ouvir teus clamores, lançarão gritos amargurados.

Jogarão pó sobre suas cabeças e rolarão nas cinzas.

Por ti repararão as cabeças e se vestirão de sacos.

Por ti chorarão amargamente, em angustiantes lamentos.

Entoarão sobre ti um canto fúnebre e assim cantarão a teu respeito: 'Quem era comparável a Tiro no meio do mar ?'

Com as mercadorias dos mares saciavas numerosos povos, com teus muitos bens e artigos enriquecias os reis da terra.

Agora estás desmantelada no mar, nas profundezas das águas !

Teus artigos e toda a tripulação a bordo, afundaram.

Todos os habitantes das ilhas estão desolados por tua causa. Seus reis estão arrepiados de horror, transtornadas estão suas faces. Os mercadores internacionais assobiam por tua causa. Vieste a ser um símbolo da catástrofe, deixaste de existir para sempre !

(Livro do Profeta Ezequiel, cap. 27, versos 3 a 36. Bíblia Sagrada, Edição Vozes, Petrópolis, 1982.)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ROBERTO MACEDO (1904-1978)

Historiador por excelência da cidade do Rio de Janeiro, na mesma linha de Vieira Fazenda e Max Fleiuss (entre outros), Roberto da Mota Macedo teve também grande parte de sua produção historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual foi admitido como sócio titular aos 14 de outubro de 1952. Nas páginas da preciosa revista do velho sodalício da rua do Passeio, publicou muito do que escreveu sobre sua cidade, a começar pela sua obra mais extensa, as **Efemérides cariocas**, publicada ao longo de doze volumes da revista, entre 1966 e 1980, as duas últimas partes já após o seu falecimento, ocorrido a 28 de outubro de 1978, após prolongada enfermidade. Contava pouco mais de setenta e quatro anos, pois nascera a 7 de junho de 1904.

Filho de Artur da Mota Macedo e da Professora Joana Lousada Macedo, foi no Colégio Macedo (de propriedade de sua mãe) que adquiriu os primeiros conhecimentos. Posteriormente, quando estudante de Direito, teve atuação destacada na política acadêmica, ocupando a presidência do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, entidade representativa dos acadêmicos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1928, como orador da seção universitária do Partido Democrático do antigo Distrito Federal, participou de caravana cívica ao norte do País, chefiada por Assis Brasil e da qual participaram alguns dos mais famosos oradores políticos da época. Informa Fernando Monteiro ter sido Roberto Macedo apelidado, no Norte, de “patativa do Sul”.

Desde muito antes, aliás, vinha sua participação na vida política do Rio de Janeiro. Preparatoriano ainda, lembra Fernando Monteiro, “já exercia seus dotes oratórios e dava, na praça pública, expansão aos seus arrebatamentos juvenis. Costumava participar das comemorações florianistas, como as do aniversário da morte do marechal, a 29 de junho, ao redor de seu monumento positivista da Avenida, e do aniversário, a 9 de fevereiro, do combate da Armação, com a romaria cívica ao cemitério do Maruí, em Niterói.” Este seu florianismo, diga-se a propósito, levou-o a estudar o período de governo do “Consolidador da República”, publicando, sobre o tema, alguns dos seus melhores trabalhos.

Jornalista desde estudante, exerceu atividades em “O Imparcial”, “A Ordem” e por último, no “Correio da Manhã”, onde teve a seu cargo as seções “Efemérides Cariocas” e “Notas históricas”. Quase toda a matéria publicada nessas duas seções do grande jornal da rua Gomes

Freire, foi posteriormente reunida em volumes, constituindo-se em peças importantíssimas da bibliografia carioca. Como professor, lecionou no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação e em outros estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro. Ocupou cargos de responsabilidade: secretário da Universidade do Distrito Federal, chefe do arquivo da Fundação Getúlio Vargas e diretor do serviço de documentação da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Pertenceu à Academia Carioca de Letras. Sócio atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lembra Fernando Monteiro que sempre foi “companheiro solícito, figura marcante, patriota no bom sentido da palavra, fervoroso amigo de sua terra e de sua gente, além de estudioso constante da história de sua cidade natal, que ele amava com enternecimento”.

Bibliografia (extraída do necrológio publicado por Fernando Monteiro no vol. 321 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Rui Barbosa (1928)

Guia prático da Constituição (1934)

Idéias de hoje (1938)

Floriano na Guerra do Paraguai (1938)

A administração de Floriano 1939, volume quinto da série **Floriano: memórias e documentos** publ. pelo Ministério da Educação em comemoração do centenário do nascimento de Floriano Peixoto).

O Barão do Rio Verde (1940)

Osório (1941)

Grandes Figuras do Brasil (1942)

Curiosidades cariocas (1943)

História do Distrito Federal (1943)

Bibliografia carioca (1943)

História do Brasil em cinco lições (1943)

Notas históricas (1944)

História do Brasil (1951)

Barata Ribeiro (1955)

Henrique Dodsworth (1955)

Paulo Fernandes Viana (1956)

Vocabulário histórico-geográfico (1960)

História administrativa do Brasil (1964)

Eles fizeram a História do Brasil (1965)

Cidades do Rio de Janeiro (1967)

O fundador da República (1969)

Efemérides cariocas (1966-1980)

Trabalhos inéditos, arrolados por Fernando Monteiro

Um general de Napoleão no Rio de Janeiro

Napoleão e o Regente de Portugal

O Rio dia-a-dia

História carioca

O primeiro prefeito

Fundação da cidade

Administração da cidade

Notas históricas – 2ª série

Curiosidades cariocas – 2ª série

Na Imprensa

Na Academia

À margem de Floriano

Silhuetas acadêmicas

O Padre Nóbrega e o Rio de Janeiro

Além de **Efemérides cariocas**, publicada, conforme assinalada, ao longo de numerosos volumes da Revista do Instituto (vols. 271 a 326, com algumas interrupções), outros trabalhos de Roberto Macedo encontram-se nas páginas da preciosa revista trimestral, muitos dos quais publicados após seu falecimento:

D. Rodrigo, o luso-brasileiro (vol. 306, de 1976)

Prelazia e Diocese do Rio de Janeiro (vol. 308, de 1976)

D. Francisco, o bispo cego (vol. 310, de 1976)

Sant'Ana, padroeira da Diocese (vol. 314, de 1977)

Dois amigos: Floriano e Rui (vol. 322, de 1980)

Floriano, Senador e Ministro do Supremo (vol. 330, de 1981)

O rei que não veio (vol. 337, de 1982)

Estácio de Sá (vol. 338, de 1983)

O Rio de Janeiro e suas dúvidas (vol. 339, de 1983)

Cronologia do general de Napoleão, Conde Dirk van Hongendorp (vol. 341, de 1983)

*

*

*

SELETA

CARNEIRO DE BATALHÃO, ÁGUIA DE HAIA

Roberto Macedo

Rui nasceu franzino e franzino viveu, pouco a pouco logrando excepcional resistência, destoante da impressão causada pelo físico; Floriano nasceu robusto, cresceu atlético, notável na Escola Militar e fora dela por musculatura e agilidade;

Rui compensava o ingrato arcabouço carnal com apuro de maneiras, esmerado na cortesia e no vestuário, luvas, bengala encastoadada, espelhante cartola, sobrecasaca do melhor feitio; Floriano acabou meio achamboado, simplório demais para sua posição político-social, transportando-se prosaicamente em bondinhos a burro;

Rui, no Senado, varava o adversário aparteante com olhar aquilino, sinal certo de réplica bravia e premeditada; Floriano, sempre cortês mas sem artifício, vagava o olhar mortício em torno do interlocutor ou fixava-se nele demasiado perquiridoramente;

Rui, a alocação, o herói parlante; Floriano, a mímica, o herói silencioso;

Rui não sabia calar-se, elegante na linguagem, afeito a guerrilhas tribunárias, incapaz de ouvir aparte sem revide, proviesse embora dos corredores do Senado; Floriano não sabia falar, sofredor sem gemido, surdo ou indiferente ao sibilar de calúnias, campeão nacional do laconismo;

Rui discursava como se dispusesse de duas bocas, “prodigiosa máquina de falar admiravelmente” (Afonso Celso); Floriano escutava como quem possui dois ouvidos, propenso ao conselho do sábio da Guia: ouve mais e fala menos, já que a natureza nos outorga dois ouvidos e uma só boca;

Rui, ateniense desgarrado; Floriano, espartano retardatário;

Rui, em freqüentes atritos, era tempestuoso, flamante, quase sempre personalista e mesmo no domínio abstrato das idéias e princípios via não raro a refração do seu próprio eu; Floriano, em permanente autocontenção, até certo ponto estóico e cético; era bonançoso, incombustível, impessoal, imperturbável diante do perigo, deixando a oitrem ao tempo e aos fatos a tessitura de sua defesa;

Rui, estuante potencial energético; Floriano, potencial energético recôndito;

Rui não dava piparote na barriga de ninguém e se em casa era o bom velhinho ou o vovô coruja, na vida pública rejeitava subjugações e compadrios (frase de Campos Sales: “Em Rui, depois que tirou as cangalhas do Dantas, ninguém mais monta”); Floriano, em exercício da presidência da República, foi visto almoçando a sós com um pretinho velho, antigo companheiro seu de sacrifícios na brutal contingência da guerra;

Rui, filho pródigo da Arte arrastado à política, viu diante de si abrirem-se as portas da glória, em cenáculo internacional onde só expoentes competiam; Floriano entrou para a História como rijo sertanejo, produto nacional genuíno, brasileiro e descendente de brasileiros, quintessência portanto do nacionalismo; para estudá-lo não basta a biogenética o psico-gênese individual;

Rui ainda não atingira dimensões de águia no final do século XIX, mas em remíngios de Aiglou já se emplumava; Floriano valeu como “preparo técnico dos mais razoáveis” ensejado por “inteligência agudíssima”, conforme textuais expressões de Batista Pereira;

Rui irrompe de cratera, é sonoridade, é luz, é força, não pode passar despercebido; Floriano caminha para nós serenamente, como quem surge vagaroso da orla de um nevoeiro lendário;

Rui encara os fatos como se contra ele reiteradamente ocorressem; Floriano, como quem deles se aproveita na tranqüila certeza do bom termo;

Rui viveu períodos de esplendor e períodos de esmaecimento, proclamado “gênio da raça latina” e até mesmo “sol” (“Apagou-se o Sol”, manchete da “Gazeta de Notícias” ao anunciar sua morte), mas injustamente preterido por futriquices eleitoreiras, vencido no 8º distrito da Bahia pelo deputado Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góes, consecutivamente em 1885 pelo deputado Dr. Pereira Franco Filho, em 1888 como candidato à vaga do deputado Dr. Luiz Acioli Pereira, em 1910 como candidato à presidência da República, em 1919 por Epitácio Pessoa, cuja vitória não contesta, mesmo porque entrara na luta ciente “de antemão... da derrota”, sendo de notar que depois de certa fase a Bahia *mater* sempre o consagrou com memorável triunfo, não mais vislumbrando nele o político e sim o filho dileto; Floriano, jamais foi vencido, soldado raso, cabo, sargento, aluno da Escola Militar, 2º tenente, 1º tenente, capitão por bravura, major por bravura, tenente-coronel, coronel, brigadeiro, presidente de Mato Grosso, ajudante-general ou chefe do Estado-maior, tenente-general ou marechal, ministro de Guerra, vice-chefe do governo provisório, senador

por Alagoas, conselheiro do Conselho Supremo Militar, ministro do Supremo Tribunal Militar, vice-presidente da República, presidente em exercício sempre se intitulando vice-presidente, marechal de ferro, consolidador — existência pletórica, desdobrada no decorrer de dois regimes e mais ou menos vinculada aos três poderes, “órgãos da soberania nacional”, como se dizia na época.

(Dois amigos, Floriano e Rui, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. 322, jan/mar. de 1979, pp. 194 a 197).

*

*

*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

119. EDIÇÕES DA CARTA DE CAMINHA

É fato geralmente sabido que a famosa carta de Pero Vaz de Caminha comunicando ao rei de Portugal o “achamento” do Brasil, embora provavelmente a primeira notícia escrita sobre nosso País, está muito longe de ter sido a primeira a ser publicada. Com efeito, o precioso texto permaneceu inédito mais de trezentos anos, só vindo a público pela primeira vez em 1817, graças ao padre Manuel Aires do Casal, que a inseriu em nota de rodapé, às páginas 12 a 34 de sua importante **Corografia Brasílica**, editada naquele ano. Convém recordar o episódio: achava-se Aires do Casal na capital portuguesa cuidando da impressão de seu livro, quando o bibliotecário da Torre do Tombo chamou-lhe a atenção para a carta de Caminha, que apenas poucos anos antes havia sido descoberta. Não quis Aires do Casal perder a oportunidade de ser o primeiro a divulgar tão importante documento e o fez no próprio livro de cuja impressão então cuidava. Daí, o caráter apressado da publicação, o que explica os numerosos erros de cópia com que o texto saiu. Curioso ! Parece que o destino estava à espera de um brasileiro para divulgar a notícia do descobrimento de nossa terra, a “certidão de batismo do Brasil”, como a denominou Capistrano de Abreu e que tantos anos (mais de trezentos) permanecera praticamente perdida no grande arquivo português.

Embora com todos os seus defeitos de impressão, a edição Aires do Casal tornou-se referência para todas quantas se fizeram, até, 1922, do famoso documento. Sim, porque só por ocasião do centenário de nossa Independência (mais precisamente em 1923) apareceu a primeira edição

correta e posta em linguagem atual da carta de Caminha, tarefa esta de que se desincumbiu magistralmente a eminente filóloga doutora Carolina de Michaelis e Vasconcelos. Seu trabalho integra o volume segundo da monumental **História da Colonização Portuguesa do Brasil**, extraordinária realização dirigida por Carlos Malheiro Dias e publicada em homenagem ao centenário do acontecimento magno de nossa História.

Desde então, o texto de Carolina de Michaelis tornou-se referência para todas as edições que posteriormente vieram a ser publicadas, tal como a edição de Aires do Casal servira de referência às edições anteriores. E são inúmeras as edições que da famosa carta existem. Leonardo Arroyo, em sua preciosa edição (Melhoramentos, 1978) arrola 109 edições integrais ou quase integrais do texto de Caminha. Destas, três merecem destaque pela abundância e riqueza dos comentários e pelo estudo diplomático do texto: a de Jaime Cortesão, de 1943; a de José Augusto Vaz Valente, de 1975; e a do próprio Leonardo Arroyo, já citado. (24-10-1984)

*

120. O DIA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Os leitores mais idosos, que já andam pelo menos pela casa dos sessenta, certamente se lembram de que até 1930, o dia 3 de Maio era feriado nacional, marcado a vermelho nas folhinhas, com paralização de todas as atividades e comemorações cívicas nas escolas. O feriado celebrava o descobrimento do Brasil. Para nós, meninos de escola, o mês de maio era uma delícia, com três feriados: primeiro, três e treze, este último recordando a abolição da escravatura. O governo provisório que ocupou o poder após a Revolução de 1930, entendendo que no Brasil havia feriados demais (e havia mesmo), cortou a metade deles.

Na nova ordem, maio ficou só com o Dia do Trabalho. O curioso, no caso, é que o dia 3 de maio, comemorativo do descobrimento do Brasil, também era feriado em Portugal, segundo me ensina um velho manual de instrução cívica adotada nas escolas portuguesas. No Brasil, vinha de longe a comemoração do 3 de maio: foi a data da instalação da Constituinte Imperial, de 1823, e tornou-se a data de abertura do ano parlamentar, com a clássica "fala do trono" do imperador. Era um dos dois

únicos dias do ano em que o Hino Nacional era tocado e cantado, ao contrário de hoje, quando ele é utilizado até para abrir jogo de futebol. O outro dia em que se executava o Hino era o 25 de março, data da Constituição.

Por que se comemorava a 3^a de maio o descobrimento do Brasil, quando a carta de Pero Vaz de Caminha é tão clara ao indicar o dia 22 de abril ? A 3 de maio nem a armada de Cabral se encontrava mais no Brasil, pois no dia 2 seguira para a Índia, que era o seu destino. Não é difícil a explicação. A carta de Caminha, como é sabido, permaneceu desconhecida por mais de trezentos anos e ela é o único texto em que a data exata vem mencionada. Não se podendo, pois, conhecê-la, partiu-se, por dedução, para um hábito generalizado entre os navegadores portugueses e espanhóis: o de denominar os acidentes geográficos descobertos, de acordo com o calendário eclesiástico. É fácil acompanhar o roteiro das primeiras expedições exploradoras: dia 28 de agosto (cabo de "Santo Agostinho"), dia 4 de outubro (rio "São Francisco"), 1^o de novembro (baía de "Todos os Santos"), 1^o de janeiro (rio "de janeiro"); dia 6 de janeiro (angra "dos Reis"); dia 20 de janeiro (ilha de "São Sebastião"); dia 22 de janeiro (enseada de "São Vicente"); dia 29 de julho (cabo de "Santa Marta"), e por aí afora, que seria longo e fastidioso a todos enumerar. Ora, tendo sido "Santa Cruz" o primeiro nome de nosso País, nada mais natural que se supusesse que seu descobrimento ocorresse precisamente no dia 3 de maio, em que a Igreja comemora a Santa Cruz. (21-11-1984).

*

121. UM MISSIONÁRIO PRESBITERIANO

Recente jornal evangélico, de confissão presbiteriana, noticiando a diplomação de novos pastores, informou que a turma dos formandos recebera o nome de Fletcher: "Turma Fletcher", E, à guisa de informação, esclarecia que se tratava de uma homenagem ao rev. James Cooley Fletcher, "primeiro missionário presbiteriano a pisar em solo brasileiro, fazendo um trabalho de base para a chegada de Simonton, Blackford e outros". Merecida homenagem. Convém lembrar, contudo, que Fletcher não foi apenas missionário e agente de sociedades bíblicas encarregadas da propaganda, no Brasil, das Escrituras Sagradas.

Fletcher ligou seu nome, igualmente, à bibliografia brasileira, como co-autor (juntamente com Daniel P. Kidder) de um dos mais importantes livros de viajantes estrangeiros publicados no século passado:

The Brazil and Brazilians, editado pela primeira vez em Filadélfia, em 1857, e que foi, pode dizer-se, o livro sobre o Brasil mais divulgado nos Estados Unidos, alcançando numerosas edições. Todavia, só em 1941, mais de oitenta anos depois da edição original, é que foi traduzido no País de que o livro trata (Coleção “Brasíliana”, nº 205, em dois volumes, da Cia. Editora Nacional). Costuma-se dizer que **O Brasil e os Brasileiros** é simples ampliação da obra do rev. Kidder, **Reminiscências de viagem e permanência no Brasil**, publicada em 1845. Não é bem assim. Fletcher, de fato aproveitou muito do que Kidder escrevera, mas, tendo vivido mais tempo no Brasil e tendo se relacionado com figuras expressivas da vida brasileira (a começar pelo imperador) pôde produzir um livro mais ameno na forma, ao mesmo tempo que mais rico em conteúdo. E de certa maneira pitoresco, muito ao gosto do leitor norte-americano. Daí o êxito que alcançou nos Estados Unidos.

Mas, a participação de Fletcher não se limitou ao conhecido livro. Vale a pena ler os capítulos que lhe dedicou o professor David Gueiros Vieira em seu livro **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa** (Universidade de Brasília, 1980). Fletcher tornou-se verdadeiro agente da aproximação cultural e material do Brasil com a nação norte-americana, obcecado pela idéia de “progresso”, típica dos Estados Unidos da época, e que Fletcher, de maneira bastante simplista, atribuía ao protestantismo. Então, no seu raciocínio, a única maneira do Brasil progredir como os Estados Unidos era tornar-se protestante... É impressionante a maneira como Fletcher conseguiu penetrar nos meios culturais, econômicos e políticos do Brasil. Talvez tenha sido por este seu comportamento um tanto “mundano”, que ele não foi muito bem visto pelos outros missionários presbiterianos, mais rígidos nas suas atitudes. Daí, diz o professor Gueiros, a injustiça e olvido que recaíram sobre seu nome. Mas o saldo de sua obra foi favorável, donde a oportunidade da homenagem que lhe foi prestada pelos novos pastores presbiterianos. (5-12-1984). — Obs.: esta nota foi transcrita em **Brasil Presbiteriano**, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, número de fevereiro do corrente ano.

*

122. CÉSAR BIERRENBACH, PATRONO EM DUAS ACADEMIAS

Quando, há alguns anos, tive a honra de ser eleito para a Academia Paulista de Jornalismo, como primeiro titular da cadeira que me foi dado ocupar, surgiu-me o problema, de alta responsabilidade, da escolha de meu patrono. O assunto é mais sério do que parece. Os

acadêmicos passam e os patronos ficam. E é preciso que a escolha seja presidida por critérios tais, que o patrono seja também muito significativo para os que vierem depois. Acadêmicos existem, infelizmente, que em situações tais deixam-se levar apenas pelo lado emocional, amizade ou parentesco, de maneira que os patronos escolhidos podem significar muito para eles, mas nada dirão aos seus sucessores. Sei de muitos acadêmicos, e em diversas Academias, que, se pudessem mudar de patrono, bem que o fariam.

Sendo uma Academia de Jornalismo, obviamente o patrono deveria ser um jornalista; sendo uma Academia Paulista, a preferência deveria ser, claro, para um paulista, de nascimento ou de adoção; e no meu caso, acrescia ainda uma circunstância: sendo o único membro da Academia residente em Campinas, impus-me o dever de escolher alguém de Campinas ou aqui radicado. Pensei em numerosos jornalistas campineiros, todos dignos de figurar como patrono em qualquer Academia de Jornalismo que se fundasse no Brasil: o dr. Quirino, Benedito Otávio, Carlos Ferreira, Leopoldo Amaral, Hipólito da Silva, Álvaro Ribeiro, César Bierrenbach e tantos outros. Não foi fácil a escolha. Gastei horas e horas na mais cuidadosa reflexão, com medo de cometer injustiça com alguns dos grandes jornalistas campineiros do passado. Afinal, minha escolha recai — e não me arrependo — em César Bierrenbach.

Sempre vi em César Bierrenbach não apenas o jornalista e tribuno que deixou renome, mas igualmente o grande cultor da História, professor que foi dessa matéria em nosso tradicional Ginásio do Estado. Nessa qualidade, deixou páginas memoráveis, especialmente as que se referem ao panamericanismo, campo em que o grande campineiro pode ser considerado verdadeiro pioneiro, como ainda há pouco o demonstrou a professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, em magnífico estudo publicado em o nº2 da “Revista da Academia Paulista de História”. E é com prazer que registro que a Academia Paulista de Jornalismo, iniciando em seu boletim os perfis dos patronos do sodalício, fê-lo com César Bierranbach, juntando, na mesma página, a biografia do acadêmico que o tem como patrono.

Quando da fundação de nossa Academia Campinerse de Letras, o acadêmico Herculano Gouveia Neto escolheu César Bierrenbach para patrono de sua cadeira, atualmente ocupada pelo acadêmico e professor Rosalvo Madeira Cardoso. Assim, com a minha escolha na Academia Paulista de Jornalismo, tornou-se o grande campineiro patrono em duas Academias. (5-9-1984).

123. IRINEU GUIMARÃES

Sei que o nome que tomo para título desta nota não vai dizer muito aos meus leitores. O que é pena, pois gostaria que os campineiros tivessem conhecido a grande figura de educador que foi Irineu Guimarães, falecido há poucos meses em Juiz de Fora. Não exageraria se dissesse que nele se configurava uma das mais completas figuras de educador que hei conhecido em toda minha vida. Nosso conhecimento remontava há mais de cinqüenta anos, ou seja, desde 1931, quando fui para Juiz de Fora a fim de estudar no Granbery, o famoso colégio metodista localizado na importante cidade mineira. Irineu não chegou a ser meu professor. Mas, mais que isso, foi meu mestre. O professor fala ao cérebro, o mestre fala ao coração, para repetir a bela frase que Teotônio Negrão proferiu — e que a todos encantou pela sua profundidade — quando, em setembro do ano passado, inaugurou-se o busto do grande educador nos jardins do Granbery.

Irineu como que estava à espera da sincera homenagem que seus amigos lhe prestaram, e na qual proferiu belíssimo discurso, tão rico de conteúdo, pois daí a menos de um mês agravou-se seu estado de saúde, vindo a falecer logo em seguida. Deixou uma das mais belas folhas de serviço à causa da educação, uma obra que ressaltou sempre aos olhos de quantos o conheceram, mesmo àqueles que não tiveram o privilégio de ser seus alunos. Pela sua filosofia de vida, pelos altos conceitos de educação e valorização da personalidade humana — a “Verdade” e a “Perfeição” — que soube praticar, exerceu profunda influência sobre todos quantos dele se aproximaram, quer no grande colégio de que foi professor, quer nas atividades sociais e humanitárias que soube desenvolver em Juiz de Fora e, posteriormente, ao aposentar-se, na pequenina cidade de Guarará, onde fundou e manteve o Instituto Dona Selva, extraordinária e benemérita realização, um orfanato que abriga quase uma centena de crianças ali criadas e educadas dentro dos mais sadios princípios cristãos. Obra que, permita Deus, não pereça com a morte de seu criador.

Orgulhei-me sempre de um excelente relacionamento com o grande mestre. Guardo em meu arquivo lindas cartas, ricas de conteúdo cristão, que ele freqüentemente me dirigia. E nas minhas regulares visitas a Juiz de Fora por ocasião do conagração dos antigos alunos do Granbery, era sempre com emoção que o abraçava. O Senhor o chamou após longa e abençoada existência. Que sua vida sirva de exemplo a quantos o conheceram e que alguém, um dia, possa sobre ele escrever para que o Brasil todo o conheça. 6-2-1985.

*

*

*

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

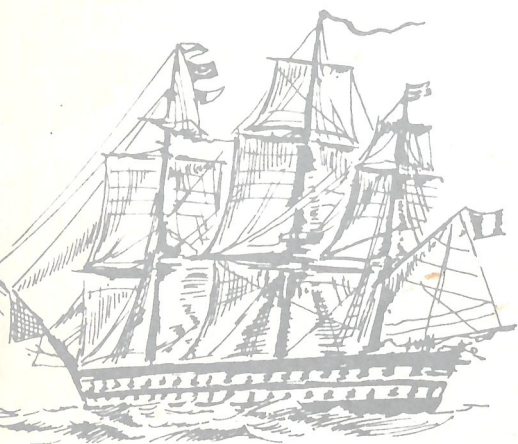
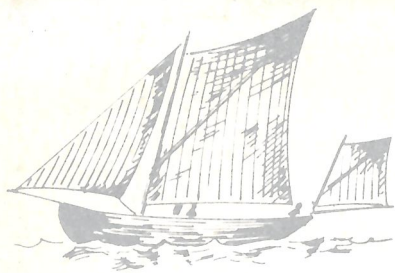
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

